



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

FEVEREIRO - 2017
PALMAS - TOCANTINS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- IDENTIFICAÇÃO DA UJ- RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	8
QUADRO 2- IDENTIFICAÇÃO DA UJ- RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	11
QUADRO 3 – PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	18
QUADRO 4 – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE TRABALHADORES	19
QUADRO 5 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	21
QUADRO 6 – AÇÕES EXTENSIVAS	22
QUADRO 7 – APOIO ADMINISTRATIVO	23
QUADRO 8 – CRESCIMENTO DA RECEITA OPERACIONAL.....	24
QUADRO 9 – TAXA DE INADIMPLÊNCIA	24
QUADRO 10 – ATRAIR NOVOS SEGMENTOS DE CLIENTES.....	25
QUADRO 11 – CURSOS E PROGRAMAS DIVERSIFICADOS.....	25
QUADRO 12 – EFICÁCIA DE TURMAS EFETIVADAS POR CURSOS	26
QUADRO 13 – META DO PSG.....	26
QUADRO 14 – DIVULGAÇÃO DO PORTIFÓLIO.....	27
QUADRO 15 – ENCAMINHAMENTO DO EGRESSO AO MUNDO DO TRABALHO	28
QUADRO 16 - IMPLEMENTAÇÕES	29
QUADRO 17 – EQUIPAMENTOS NOVOS	29
QUADRO 18 – SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30
QUADRO 19 – APERFEIÇOAMENTO	31
QUADRO 20 – DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA	32
QUADRO 21 – DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA.....	33
QUADRO 22 – INDICADORES DE DESEMPENHO	34
QUADRO 23 – GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS.....	36
QUADRO 24 – PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL	37
QUADRO 25 - DIRIGENTES DO DEPARTAMENTO REGIONAL	39
QUADRO 26 – MEMBROS DO CONSELHO REGIONAL	39
QUADRO 27 – AVALIAÇÃO DE SISTEMA RISCO E CONTROLE INTERNOS.....	41
QUADRO 28 - REMUNERAÇÃO ANUAL DOS MEMBROS DA DIRETORIA	43

QUADRO 29 - FORÇA DE TRABALHO (SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2016).....	44
QUADRO 30 - DESPESAS COM PESSOAL (SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2016).....	44
QUADRO 31 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO.....	45
QUADRO 32 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA (TABELA RESUMIDA)	45
QUADRO 33 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA	45
QUADRO 34 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (TABELA RESUMIDA).....	47
QUADRO 35 - QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (TABELA DETALHADA)...	47
QUADRO 36 - VALOR COM PESSOAL POR CATEGORIA DE DESPESA (TRIÊNIO 2013 / 2015) (EM R\$).....	48
QUADRO 37 - TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	49
QUADRO 38 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	49
QUADRO 39 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	50
QUADRO 40 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL E DE PROPRIEDADE DA UJ.....	51
QUADRO 41 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	51
QUADRO 42 – ÁREA CONSTRUÍDA	51
QUADRO 43 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO DA UJ LOCADOS DE TERCEIROS.....	52
QUADRO 44- CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54
QUADRO 45 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	56
QUADRO 46 – GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE	60
QUADRO 47 – PERCENTUAL DO IMOBILIZADO	61
QUADRO 48 – DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	62

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	7
2.	VISÃO GERAL.....	8
	2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	8
	2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.	11
	2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	11
	2.4 ORGANOGRAMA.....	12
	2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	13
3.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	14
	3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	14
	3.1.1 <i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	16
	3.1.2 <i>Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	17
	3.1.3 <i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	17
	3.1.4 <i>Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos</i>	23
	3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	31
	3.2.1 <i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</i>	31
	3.2.2 <i>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	31
	3.2.3 <i>Execução descentralizada com transfência de recursos</i>	32
	3.2.4 <i>Informações sobre a realização das receitas</i>	32
	3.2.5 <i>Informações sobre a execução das despesas</i>	33
	3.3 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	33
	3.3.1 <i>Apresentação e análise de indicadores de desempenho</i>	33
4.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS	38
	4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	38
	4.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	39
	4.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	41
	4.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	41
	4.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	41
	4.6 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	43
	4.7 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	43
5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	44
	5.1 GESTÃO DE PESSOAS	44
	5.1.1 <i>Estrutura de pessoal da unidade</i>	44

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	44
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	45
5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	50
5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário	50
5.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros	52
5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	52
5.3.1 Principais sistemas de informações	52
5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDT)	55
5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	56
5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	56
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	59
6.1 Canais de acesso do cidadão	59
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão	59
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	59
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	60
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	61
7.1 Desempenho financeiro do exercício	61
7.2 Tratamento contábil da depreciação da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	61
7.3 Sistemática de apuração de custos no ambiente da unidade.....	62
7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e nota explicativas.....	62
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	64
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	64
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	64
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	64
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.6.....	64
9. ANEXOS	65

QUADRO DIRETIVO E TÉCNICO DO SENAC TOCANTINS

Equipe Diretiva	
Itelvino Pisoni	Presidente
Lunáh Brito Gomes	Diretora Regional
Equipe Assessoramento	
Jair Martins de Souza Júnior	Assessor de Planejamento
Geraldo Magela de Carvalho	Assessor de Recursos Humanos
Equipe Técnica	
Dirce Betânia de Oliveira Faustino	Gerente de Educação Profissional
Clérison Córdova	Técnico Especializado Marketing e Comunicação
Lúcia Córdula dos Santos	Coordenadora de Operações com o Mercado
Isaura Conejo Campos Rio	Técnico Especializado em Supervisão Pedagógica
Rozileide da Silva Barbosa Coelho	Técnico Especializado em Elaboração de Projetos
Cláudia Gratão	Gerente de Projetos Especiais
Leandro Dias Costa	Técnico Desenvolvimento de Instrutores
Equipe Administrativa	
Cláudia Oneide Silva	Gerente Administrativo e Financeiro
Adilaine de Sousa Freitas	Coordenadora de Patrimônio e Almoxarifado
Antonio Xavier de Barros Júnior	Coordenador de Compras e Licitações
Thiago Batista Amorim	Coordenador de Contabilidade e Custos
Emivaldo Naves de Souza	Sub Coordenador de Transportes e Conservação
Wesley Luis Araujo Silva	Coordenador de Administração de Pessoal
Edmilson Teles Ribeiro	Coordenador de Tecnologia da Informação
Secretaria Escolar	
Teresinha Zanatta	Secretária Escolar
Unidades Escolares do SENAC do Tocantins	
Centro de Educação Profissional - CEP – Palmas	
Silvana Marilu Deveras	
Gerente do CEP Palmas	
Unidade Operativa Araguaína	
Fabíola Nunes dos Santos	
Gerente da Unidade	
Unidade Operativa Gurupi	
Márcia Terezinha Bomfanti Pimentel da Silva	
Gerente da Unidade	
Unidade Operativa Taquaralto	
Ricardo Luis Branco Fernandes	
Gerente da Unidade	

1. APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011; Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013; Decisões Normativas TCU nº nº 134/2013, nº 154/2016 e nº 156/2016; e Portaria nº 90/2014 e nº 59/2017, e ao estabelecido no Código de Contabilidade e Orçamento - Codeco.

O Relatório de Gestão é o instrumento de registro dos resultados alcançados pelo SENAC – Departamento Regional no Tocantins no exercício 2016. Seu principal objeto é o demonstrativo do desempenho alcançado em relação ao planejado, com base no orçamento previsto para esse período.

Neste Relatório constam os Objetivos e Metas institucionais, e os demonstrativos do desempenho administrativo financeiro, em conformidade com o Plano de Ação da Administração Regional para o ano de 2016 – PAAR-2016.

No que se refere à produção educacional, o Senac Tocantins efetivou, em seus vários programas **21.434 matrículas/atendimentos**, 786 matrículas nos programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 10.816 matrículas nos programas de Formação Inicial e Continuada, 9.059 atendimentos nos programas de Ações Extensivas à educação profissional e 773 matrículas EAD.

Do total de matrículas, 7.352 foram no âmbito do Programa Senac de Gratuidade (PSG), 225 vinculadas ao Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e 4.798 matrículas em cursos pagos.

Quanto à prestação de contas, ressalta-se que nesse exercício, a receita total atingiu a cifra de R\$ 20.280.313,59 (vinte milhões, duzentos e oitenta mil, trezentos e treze reais e cinquenta e nove centavos) e a despesa, a cifra de R\$ 18.740.472,35 (dezoito milhões, setecentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Trata-se, portanto, da apresentação dos resultados de ações focadas nas necessidades de mercado, com vistas ao atendimento das demandas sociais relacionadas ao público alvo do SENAC.

2. VISÃO GERAL

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
Departamento Regional do Tocantins

Quadro 1- Identificação da UJ– Relatório de Gestão Individual

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)		Código SIORG: não aplicável à natureza
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial		
Denominação abreviada: SENAC		
Código SIORG: não aplicável à natureza da UJ	Código LOA: não aplicável à natureza da UJ	Código SIAFI: não aplicável à
Natureza jurídica: serviço social autônomo		CNPJ: 03.711.932/0001-30
Principal atividade: educação profissional para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.		Código CNAE: 85.99-6-99: outras atividades de ensino não especificadas
Telefones/fax de contato: (63) 3219-1600 Fax: (63)3219-1626		
Endereço eletrônico: direcao regional@to.senac.br		
Página na internet: www.to.senac.br		
Endereço postal: 201-Norte, Avenida LO -04, Conjunto 03, Lotes 03 e 04, Plano Diretor Norte, CEP 77 001 132		

Responsável pela informação: Jair Martins de Souza Júnior

2.1 Finalidade e competências

a) Responsabilidades Institucionais

I. Competência Institucional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC é uma instituição sem fins lucrativos, de âmbito nacional, criada pelo Decreto-lei 8.621, 10 de janeiro de 1.946, e administrada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Tem por finalidade o desenvolvimento de atividades de Educação Profissional voltadas para o setor da economia de comércio de bens, serviços de bens, serviços e turismo, realizando programas de Educação Profissional e Tecnológica em todo o estado.

Com 70 anos a Instituição tem acompanhado as transformações do mundo do trabalho, por meio da permanente atualização em tecnologia educacional. Instituição de Educação Profissional de maior capilaridade no Brasil, o SENAC elabora e produz seus próprios materiais didáticos, manuais, vídeos e softwares, atendendo no Tocantins, até 2016 um total de 369.565 pessoas.

As ações educacionais são projetadas a partir da construção de cenários pautados em aspectos de caráter sociais, políticos, econômicos, culturais, tecnológicos e educacionais, cujo foco é direcionado para as peculiaridades regionais, atendidas as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Modelo Pedagógico Senac, o Projeto Político-Pedagógico e as normas regimentais das Unidades Escolares.

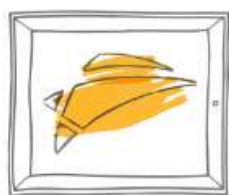
Implantado no Estado do Tocantins em 1997, o Departamento Regional tem o compromisso de oferecer portfólio de ações educacionais focadas nas exigências do mercado local, no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos Modelo Pedagógico Senac.

O SENAC Tocantins opera com a modalidade de Formação Inicial e Continuada, oferecendo cursos de Aprendizagem, Qualificação, Aperfeiçoamento/Atualização, Programas Socioprofissionais, Socioculturais e Instrumentais, com a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, através da qual oferece cursos de Qualificação Profissional, de Habilitação e Especialização Técnica. Além disso, oferece Ações Extensivas à Educação Profissional, como seminários, palestras, oficinas, *workshops*, dentre outras.

II. Objetivos Estratégicos

Os objetivos e metas Institucionais encontram-se alinhados ao escopo estratégico comuns ao Sistema SENAC e expressos no Plano Estratégico 2016-2019:

Os indicadores de desempenho operacional estão relacionados aos objetivos estratégicos definidos para instituição ao tipo de gestão e natureza da (atividade fim e atividade meio) que foram previstos/realizados para o exercício, segundo os indicadores de desempenho previstos no PAAR 2016.



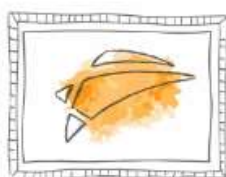
MISSÃO

Educar para o trabalho em atividades
do comércio de bens, serviços e turismo.



VISÃO

Ser a instituição brasileira que oferece as melhores soluções em
educação profissional, reconhecida pelas empresas
por meio da qualidade dos seus alunos.



VALORES

-  Transparência
-  Inclusão Social
-  Excelência
-  Inovação

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.

Quadro 2- Identificação da UJ– Relatório de Gestão Individual

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Instituído pelo Decreto – Lei 8.621 e 8.622, ambos de 10/01/1946.	
Implantado no Estado do Tocantins em 02/01/1997 pela Resolução Senac 693/96.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Código de Contabilidade e Orçamento – Codeco versão 2016.1 Resolução Senac 1039/2015	
Regimento Escolar - Resolução CEE-TO 32/2011	
Resolução de Normas de Processo Seletivo para Contratação de Empregados – 1018 de 23/4/15	
Regulamento de licitação e Contratos do Senac – 958/2012	
Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967 (aprovação do regulamento da UJ)	
Decreto nº 6.633, de 5 de novembro de 2008 (altera e acresce dispositivos ao regulamento da UJ)	
Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Relacionamento entre unidades gestoras e gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da gestão
Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Responsável pela informação: Jair Martins de Souza Júnior	

2.3 Ambiente de atuação

Implantado no Estado do Tocantins em 1997, o Departamento Regional tem o compromisso de oferecer portfólio de ações educacionais focadas nas exigências do mercado local, no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao Modelo Pedagógico Senac.

O SENAC Tocantins atua, com a modalidade de Formação Inicial e Continuada, oferecendo cursos de Aprendizagem, Qualificação, Aperfeiçoamento/Atualização, Programas Socioprofissionais, Socioculturais e Instrumentais, com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, através da qual oferece cursos de Qualificação Profissional, de Habilitação e Especialização Técnica. Além disso, oferece Ações Extensivas à Educação Profissional, como seminários, palestras, oficinas e *workshops*, dentre outras.

O SENAC Tocantins desenvolve programações de Educação Profissional, no setor da economia de comércio de bens, serviços e turismo, nos eixos: **Ambiente e Saúde** – segmentos de mercado: Beleza, Meio Ambiente e Saúde; **Desenvolvimento Educacional e Social** – segmentos de mercado: Educacional, Idiomas e Social; **Gestão e Negócios** – segmentos de mercado: Gestão; **Turismo, Hospitalidade e Lazer** – segmentos de mercado: Turismo, Hospitalidade e Lazer; **Informação e Comunicação** – segmentos de mercado: Informática e Telecomunicação; **Infraestrutura** – segmento de mercado: Conservação e Zeladoria; **Produção Cultural e Design** – segmentos de mercado: Artes, Comunicação, Design, Moda; **Segurança** – segmento de mercado: Segurança; **Produção Alimentícia** – segmentos de mercado: Produção de Alimentos e Produção de Bebidas.

2.4 Organograma

O organograma funcional do Departamento Regional do SENAC Tocantins, está estruturado e, conseqüentemente, tratado no Regimento Interno. Dessa forma, estão asseguradas as competências básicas dos Órgãos de Atividades-Meio e Atividades-Fim do Departamento Regional.



2.5 Macroprocessos finalísticos

A cadeia de valor é utilizada para demonstrar o fluxo dos processos que contribuem para produzir valor para os clientes. É composta pelas relações estabelecidas entre os alicerces estratégicos e as atividades primárias e de apoio desempenhadas por uma organização.



3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento Estratégico do Departamento Regional Tocantins, para o exercício de 2016, foi construído em fórum gerencial, com a participação da Diretoria Regional, Assessorias, Gerente de Educação Profissional (GEP), Gerente Administrativo e Financeiro (GAD), Gerentes das Unidades Educacionais, Técnicos e Coordenadores, garantindo assim que todos os gestores participassem desse processo de construção.

O modelo utilizado na construção do planejamento estratégico do DRTO, contemplou o desdobramento dos objetivos estratégicos e as prioridades em todas as Unidades Operativas e Unidades Funcionais, de modo que toda a organização estivesse sintonizada e comprometida com as orientações estratégicas, os objetivos estratégicos, as prioridades, os programas e as metas.

O Regional expôs através dos Objetivos Estratégicos, seus indicadores, medições e seus resultados, o crescimento e evolução diante da enorme responsabilidade no quesito Educação Profissional para o mundo do trabalho, mostrando a sua parcela de contribuição para o crescimento cada vez mais competitivo do Estado do Tocantins, conforme os indicadores do Plano de Ação da Administração Regional, para atendimento aos seus principais Programas Sociais, PSG – Programa Senac de Gratuidade, e nas turmas em processo no PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, e que tiveram uma atenção especial, no exercício, sendo seu quantitativo de matrículas, direcionado a atender a população de baixa renda.

Programa Senac de Gratuidade - PSG

Resultado do protocolo de compromisso firmado em 22 de julho de 2008 entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Fazenda (MF), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e ratificado pelo Decreto Federal n.º 6.633, de 5 de novembro de 2008, o Programa Senac de Gratuidade (PSG) visa oferecer ações educacionais com custo zero às pessoas de baixa renda, na condição de alunos matriculados ou egressos da educação básica e trabalhadores – empregados ou desempregados.

Com objetivo de ampliar o acesso gratuito à educação profissional e tecnológica aos cidadãos brasileiros por meio da oferta de vagas em cursos diversificados de Formação Inicial e Continuada e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o Senac comprometeu-se a alocar, a partir de 2009, parte de seus recursos líquidos, advindos da contribuição compulsória, evoluindo anualmente até chegar a 2014 com o comprometimento de 66,67%, na seguinte projeção: 2009 (20%); 2010 (25%); 2011 (35%); 2012 (45%); 2013 (55%) e 2014 (66,67%).

Em todo território nacional, os 27 Departamentos Regionais do Senac, sob a coordenação do Departamento Nacional, juntos, ampliaram o compromisso com a inclusão social e superaram as metas estabelecidas na aplicação dos recursos.

Em 70 anos de história, o Senac tem sido não apenas uma Instituição de referência em Educação Profissional, agente do desenvolvimento do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, mas também um impulsionador na inclusão social do trabalhador brasileiro.

Mantido com os recursos provenientes da receita líquida da contribuição compulsória do empresariado, o Programa Senac de Gratuidade (PSG) tem sido, desde sua implementação, em 2009, um significativo mecanismo de ampliação do acesso da população de baixa renda aos cursos de Formação Inicial e Continuada e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Podendo afirmar que este programa é hoje um dos maiores orgulhos da nossa trajetória institucional, com mais de um milhão de matrículas realizadas ao longo destes anos. Em todas as pesquisas realizadas com egressos do PSG desde sua criação, o índice de percepção de melhoria da situação profissional com os cursos do Senac manteve-se acima de 4, em uma escala de 1 a 5.

Para garantir aperfeiçoamento constante e um desempenho cada vez melhor, as Diretrizes desse Programa são revistas e atualizadas periodicamente, estando já em à sua sétima versão.

Com iniciativas como o PSG, o Senac reforça seu compromisso com a formação do ser humano em sentido amplo, compreendendo a educação para o trabalho como instrumento de cidadania e justiça social.

O PSG destina-se a pessoas de baixa renda – cuja renda familiar mensal per capita não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos federais, desta forma, mais pessoas terão acesso à educação profissional e

poderão atuar no mercado, contribuindo para a qualidade das atividades do comércio de bens, serviços e turismo no Estado.

As bolsas são direcionadas para os cursos de aprendizagem, ensino técnico, qualificação e aperfeiçoamento. Em 2016, pelo PSG, o SENAC – TO, atendeu um total 7.352 matrículas.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

O Pronatec buscou ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Os cursos, financiados pelo Governo Federal, foram ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também foram ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Considerando a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos propostos foram orientadas considerando as seguintes perspectivas: Financeira, Clientes, Processos Internos, e Aprendizado e Crescimento, conforme o modelo Balanced Scorecard – BSC, e distribuídos pelos seguintes objetivos estratégicos: Aumentar a Receita Operacional, Satisfazer o Cliente, Ampliar o número de parcerias para atendimento à comunidade. Atrair novos segmentos de clientes, Oferecer portfólio diversificado e adequado as necessidades do mundo do trabalho, Promover a inclusão social por meio da oferta de educação profissional de qualidade, Implementar estratégia para intensificar a divulgação do portfólio de produtos e serviços, Fomentar a orientação mercadológica, Adequar a estrutura do Regional, Atualizar o parque tecnológico e o acervo bibliográfico, otimizar o sistema

de tecnologia da informação, e Desenvolver e aperfeiçoar as competências internas para a gestão dos processos da qualidade.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

As prioridades definidas para o exercício de 2016, ou seja, os objetivos estratégicos, às demandas educacionais, bem como à capacidade de operação do Regional, com foco para o alcance da missão, visão de futuro e objetivos estratégicos para o Sistema SENAC foram definidos e elaborados durante as Oficinas de Planejamento que aconteceram no segundo semestre de 2015, como via de regra, acontecem em cada exercício, quando são revistos e proposto os objetivos do planejamento para o ano seguinte, e são monitoradas durante todo o exercício.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Programas sob a Responsabilidade da Unidade

001 - Educação Profissional

002 - Ações Extensivas à Educação Profissional

003 - Programa de Apoio Administrativo

Relação dos Programas

Quadro 3 – Programa Educação Profissional

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover a oferta de ações de Educação Profissional com vistas ao desenvolvimento de competências necessárias à inserção e permanência do público alvo do SENAC/TO na vida produtiva tendo como premissas, o atendimento das demandas sociais, o ensino por competência, a organização por Eixos Tecnológicos a partir de Segmentos de Ação, bem como a articulação com o trabalho e emprego, ciência e tecnologia.
Gerente do programa	Dirce Betânia de Oliveira Faustino – Gerente de Educação Profissional
Gerentes/Técnicos Responsáveis pela Execução das ações	- Silvana Marilu Deveras- Gerente do Centro de Educação Profissional de Palmas - Fabíola Nunes dos Santos – Gerente da Unidade Operativa Araguaína. - Márcia Terezinha Bomfanti Pimentel da Silva - Gerente da Unidade Operativa Gurupi. - Ricardo Luis Branco Fernandes – Técnico Responsável – Unidade Operativa Taquaralto
Indicadores ou parâmetros utilizados	Indicadores de desempenho: Eficácia Social Qualidade Efetividade
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos, de modo geral, especialmente das camadas desfavorecidas das melhores oportunidades em relação ao trabalho e emprego.

As ações que materializam os objetivos do Programa, oferecidas segundo itinerários formativos são:

1 – Formação Inicial e Continuada.

2 – Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Principais Ações do Programa

1 – Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores

Quadro 4 – Formação inicial e continuada de trabalhadores

Tipo	Ação Finalístico
Finalidade	Objetivam o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, podendo articular-se aos cursos de educação de jovens e adultos, qualificando-os para o trabalho e favorecendo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador do segmento de comércio de bens, serviços e turismo, nos segmentos profissionais consideradas prioritários para o Estado do Tocantins, a saber: Saúde, Informática, Segurança, Beleza, Educacional e Social, Comércio e Gestão, Turismo e Hospitalidade, Conservação e Zeladoria, Design, Moda e Comunicação.
Descrição	Ações de Formação Inicial e Continuada: 1- Aprendizagem - Cursos destinados a proporcionar o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício profissional, na forma da Lei nº 10.097/00, a maiores de quatorze anos e menores de vinte e quatro anos (conforme Lei 11.180, de 26/09/2005), empregados no setor de comércio de bens e de serviços e encaminhados pelas empresas ao Senac, na condição de aprendiz. 2- Qualificação – Cursos que propiciam o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de profissão, com identidade reconhecida pelo mundo do trabalho e destinados a pessoas com escolaridade variável. 3- Aperfeiçoamento - Cursos com características variadas, destinados a profissionais, para complementação, atualização ou aprofundamento de competências que visam ao seu desenvolvimento frente às mudanças em curso no mundo do trabalho. 4- Programas socioprofissionais e culturais - Programas, com características variadas, destinados ao desenvolvimento de competências relacionadas tanto ao aprimoramento pessoal e ao exercício da cidadania quanto à realização de atividades geradoras de renda. 5- Programas instrumentais – Programas que permitem desenvolver competências Instrumentais requeridas para o exercício profissional ou suprir carencia da educação básica. Ações de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: 1. Qualificação Técnica Cursos que têm como requisito mínimo de acesso o Ensino Fundamental completo, destinados a propiciar o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma profissão reconhecida no mercado de trabalho. Integram a organização curricular de uma habilitação profissional técnica de nível médio, compondo o itinerário formativo do técnico e, de acordo com a legislação da educação profissional vigente, devem ser implementados a partir

	da aprovação dos respectivos sistemas de ensino. 2. Habilitação Técnica de Nivel Medio Cursos aprovados pelos Conselheiros Regionais do SENAC, conforme Resolução SENAC 943 de 03 de Fevereiro de 2012 , voltados para a conclusão da profissionalização do técnico de nível médio e destinados a pessoas que estejam cursando, ou seja, egressas do ensino médio, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004. Obedecem às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Conferem Diplomas de Técnico de Nível Médio 3. Especialização Técnica de Nivel Médio Cursos aprovados pelos Conselheiros Regionais do SENAC, conforme portaria Resolução SENAC 943 de 03 de Fevereiro de 2012 vinculadas a uma habilitação técnica, que compoem o itinerário formativo do Técnico de Nível Médio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Comitê de Planejamento Estratégico, constituído das seguintes instâncias: - Diretoria Regional - Gerência Administrativa e Financeiro - Gerência de Educação Profissional - Gerências do CEP/Palmas e Unidades Operativas - Coordenação de Contabilidade e Custos - Assessoria de Recursos Humanos - Assessoria de Planejamento - Coordenação de Infraestrutura
Unidades executoras	- Centro de Educação Profissional Palmas - Unidade Operativa Araguaína - Unidade Operativa Gurupi - Unidade Operativa Taquaralto
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	- Gerência de Educação Profissional - Gerência do CEP/Palmas e Unidades Operativas
Responsável pela execução da ação no nível local	- Silvana Marilu Deveras- Gerente do Centro de Educação Profissional Palmas. - Fabíola Nunes dos Santos – Gerente da Unidade Operativa Araguaína. - Márcia Terezinha Bomfanti Pimentel da Silva - Gerente da Unidade Operativa Gurupi. - Ricardo Luis Branco Fernandes – Gerente da Unidade Operativa Taquaralto
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Ser referência brasileira em Educação Profissional para o segmento de comércio de bens, serviços e turismo.

2 - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Quadro 5 – Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Tipo	Ação Finalístico
Objetivo Geral	Proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científicos tecnológicos, socio-históricos e culturais.
Descrição	Qualificação técnica: Cursos aprovados internamente pelo Conselho Regional do SENAC/TO, os quais tem como requisito mínimo de acesso o Ensino Fundamental completo, destinados a propiciar o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma profissão reconhecida no mercado de trabalho. Integram a organização curricular de uma Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, compondo o itinerário formativo do técnico. Conferem Certificados de Qualificação Profissional Técnica. Habilitação Técnica de Nível Médio: Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, que objetivam a profissionalização do Técnico de Nível Médio. Destinam-se a pessoas que estejam cursando ou sejam egressas do Ensino Médio ou equivalente, nos termos do artigo 36 da Lei nº 11.741/2008. Conferem Diplomas de Técnico de Nível Médio apenas a quem concluiu o Ensino Médio. Especialização Técnica de Nível Médio Cursos aprovados internamente, pelo Conselho Regional do SENAC/TO, conforme portaria Resolução SENAC 943 de 03 de Fevereiro de 2012 vinculadas a uma habilitação técnica, que compoem o itinerário formativo do Técnico de Nível Médio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência de educação Profissional e Gerência Administrativa Financeira.
Unidades executoras	- Centro de Educação Profissional Palmas - Unidade Operativa Araguaína - Unidade Operativa Gurupi - Unidade Operativa Taquaralto
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	- Gerência de Educação Profissional - Gerência do CEP/Palmas e Unidades Operativas
Responsável	- Silvana Marilu Deveras- Gerente do Centro de Educação Profissional Palmas.

pela execução da ação no nível local	- Fabíola Nunes dos Santos – Gerente da Unidade Operativa Araguaína. - Márcia Terezinha Bomfanti Pimentel da Silva - Gerente da Unidade Operativa Gurupi. - Ricardo Luis Branco Fernandes – Gerente da Unidade Operativa Taquaralto
--------------------------------------	---

II- Ações Extensivas à Educação Profissional

Principais Ações do Programa

Ação 001 - Palestras, seminários, conferências, simpósios e eventos similares;

Ação 002 - Exposições e eventos similares;

Ação 003 - Exposições ou feira de produtos;

Ação 004 - Campanhas e outros eventos de caráter sociocultural;

Ação 005 - Pesquisas, análises e outros estudos;

Ação 006 - Teleconferência.

Quadro 6 – Ações extensivas

Tipo de programa	Programa Finalístico
Finalidade	Tornar efetivo o princípio da educação continuada.
Gerente do programa	Dirce Betânia de Oliveira Faustino – Gerente de Educação Profissional
Responsável pela execução da ação no nível local	- Silvana Marilu Deveras- Gerente do Centro de Educação Profissional Palmas. - Fabíola Nunes dos Santos – Gerente da Unidade Operativa Araguaína. - Márcia Terezinha Bomfanti Pimentel da Silva - Gerente da Unidade Operativa Gurupi. - Ricardo Luis Branco Fernandes – Gerente da Unidade Operativa Taquaralto
Indicadores ou parâmetros utilizados	Indicadores de desempenho: 1. Eficácia 2. Efetividade
Público-alvo (beneficiários)	Alunos do SENAC/TO, de escolas do ensino formal, profissionais inseridos no mercado de trabalho e a comunidade, de modo geral.

III- Programa de Apoio Administrativo

Quadro 7 – Apoio Administrativo

Tipo	Apoio administrativo	
Objetivo Geral	Proporcionar as condições que garantam a aplicação e o controle dos recursos financeiros.	
Finalidade	Acompanhar o planejamento e a execução de todas as ações da entidade, garantindo o cumprimento da legislação, buscando sempre o equilíbrio financeiro.	
Descrição	Programa que apóia a atividade-fim.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Comitê de Planejamento Estratégico.	
Unidades executoras/ funcionais	Cláudia Oneide Silva Adilaine de Sousa Freitas Antonio Xavier de Barros Júnior Thiago Batista Amorim Emivaldo Naves de Souza Wesley Luis Araujo Silva Edmilson Teles Ribeiro	Gerente Administrativo e Financeiro Coordenadora de Patrimônio e Aímoxarifado Coordenador de Compras e Licitações Coordenador de Contabilidade e Custos Sub Coordenador de Transportes e Conservação Coordenador de Administração de Pessoal Coordenador de Tecnologia da Informação
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Gerência Administrativo-financeira e suas Coordenações	
Responsável pela execução da ação no nível local	Cláudia Oneide Silva – Gerente Administrativo e Financeiro	

3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A instituição utiliza indicadores de atendimentos (finalísticos) e financeiros para monitorar o resultado dos programas, acompanhados mensalmente, realizando as correções necessárias.

Em 2016, os resultados alcançados foram os seguintes:

Perspectiva: Financeira

Objetivo Estratégico 01: Aumentar a receita operacional

Quadro 8 – Crescimento da Receita Operacional

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Crescimento da Receita Operacional		
Objetivo do Indicador	Buscar o equilíbrio financeiro		
Área responsável	Gerência Administração Financeira		
Fórmula de cálculo e método de medição	Receita Operacional do Exercício/ Receita Operacional do Exercício Anterior		
Fonte dos dados	Informações contábeis		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
Aumentar em 5%	2.034.793,51	3.344.533,45	7.647.759,89
Análise crítica do Resultado do indicador em 2015			
Em 2016 houve um decréscimo em relação ao crescimento da Receita Operacional comparados aos exercícios anteriores, devido a redução da meta com base na redução significativa do Programa PRONATEC, o principal fator de aumento da receita em exercício anteriores, bem como da recessão econômica vivida no Estado.			

Responsável pela informação: Cláudia Oneide

Quadro 9 – Taxa de Inadimplência

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		Taxa de Inadimplência	
Objetivo do Indicador		Buscar o equilíbrio financeiro	
Área responsável		Gerência Administração Financeira	
Fórmula de cálculo e método de medição		Receita Operacional do Exercício/ Taxa de Inadimplência do exercício	
Fonte dos dados		Informações contábeis	
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
Diminuir em 5%	19,10%	8,62%	4,18%
Análise crítica do Resultado do indicador em 2015			
Houve um aumento da taxa de Inadimplência em relação à Receita Operacional em 2016, devido o encerramento do programa PRONATEC, aumentamos a venda de cursos pagos parcelados, considerando o cenário econômico atual do país o desemprego é a principal causa do aumento da inadimplência. Para diminuir essa taxa utilizamos como política			

de cobrança, envio de Aviso de Cobrança referente a valor em aberto ao final do mês, ligações e mensagens conforme o montante devido pelos alunos, e ao vencimento de 90 dias corridos o nome do aluno é enviado aos Órgãos de Proteção do Crédito - SPC, ao qual temos convênio, criamos também uma campanha de recuperação de crédito para estimular as negociações dos débitos, desconto pontualidade. Trabalhamos com processo de recebimento via espécie, cartão débito/crédito e boleto bancário. Oferecendo negociação dos valores em aberto.

Responsável pela informação: Thyeise Rodrigues Nogueira Dias

Perspectiva: Cliente

Objetivo Estratégico 03: Atrair novos segmentos de clientes

Quadro 10 – Atrair novos segmentos de clientes

Dados gerais do indicador				
Nome do Indicador		ÍNDICE DE ATENDIMENTO A CLIENTES CORPORATIVOS		
Objetivo do Indicador		Medir o números de atendimentos corporativos no exercício		
Responsável pelo Indicador	Lúcia Córdula dos Santos	810.323.669-15	Operação com o Mercado	
Fórmula de cálculo e método de medição		números de atendimentos corporativos no período		
Fonte dos dados		Operação com o Mercado		
		Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014	
0	30	41	28	
	Análise crítica do Resultado do indicador em 2015			
Contatos relevantes: CRP Tecnologia, Maxdata, Hotel 10, Zii Hotel, Multi Treinamento Gerencial, Cardiocenter, Hospital Medical Center.				

Responsável pela informação: Lúcia Córdula dos Santos

Perspectiva: Cliente

Objetivo Estratégico 04: Oferecer Portfólio diversificado e adequado às necessidades do Mundo do Trabalho.

Quadro 11 – Cursos e programas diversificados

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		CURSOS E PROGRAMAS DIVERSIFICADOS	
Objetivo do Indicador		Acompanhar o números de novos cursos e programas implantados no Regional	
Responsável pelo Indicador	Rozileide da Silva Barbosa Coelho	884.648.494-00	Projetos Especiais

Fórmula de cálculo e método de medição	Quantidades de ações ou títulos novos no exercício/ Total existentes no exercício anterior		
Fonte dos dados	Projetos Especiais		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
5% em relação ao exercício anterior	164	313	154
Análise crítica do Resultado do indicador em 2016			
No ano de 2016 o Regional implementou 164 cursos novos, que foram oferecidos no Centro de Educação Profissional de Palmas e nas Unidades Operativas de Gurupi, Araguaína e Taquaralto.			

Responsável pela informação: Rozileide da Silva Barbosa Coelho

Quadro 12 – Eficácia de turmas efetivadas por cursos

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		EFICÁCIA DE NOVOS CURSOS	
Objetivo do Indicador		Garantia da realização da programação dos cursos oferecidos	
Responsável pelo Indicador	Rozileide da Silva Barbosa Coelho	884.648.494-00	Projetos Especiais
Fórmula de cálculo e método de medição		Turmas efetivadas/ Turmas Oferecidas	
Fonte dos dados		Relatório MIRA	
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016			Resultado nos exercícios anteriores
Prevista	Realizado em 2016		2015 2014
Realizar 80% dos cursos oferecidos	582/711		799/914 809/852
Análise crítica do Resultado do indicador em 2015			
Do total de cursos oferecidos, 81.85% foram efetivados.			

Responsável pela informação: Rozileide da Silva Barbosa Coelho

Perspectiva: Cliente

Objetivo Estratégico 05: Promover a Inclusão Social por meio da oferta de educação profissional de qualidade.

Quadro 13 – Meta do PSG

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	META DO PSG
Objetivo do Indicador	Medição da quantidade de Carga Horária Efetiva (CHE) do Programa Senac de Gratuidade

Responsável pelo Indicador	Jair Martins de Souza Júnior	330.765.701-10	Planejamento
Fórmula de cálculo e método de medição		CHE realizada no exercício/ Meta em CHE prevista para o exercício	
Fonte dos dados		Relatório DN	
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores (matrículas)	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
66,67% sobre a Receita Compulsória	1.693.989/1.590.494	1.610.819/1.542.131	1.551.992/1.625.665
Análise crítica do Resultado do indicador em 2016			
A partir do ano de 2013, este Objetivo teve a sua forma de medição alterada, de número de matrículas para Carga Horária Efetiva. Em 2016, com a consolidação de parcerias nos municípios sedes e no interior, o DR conseguiu atingir 106.50% da meta prevista, ampliando assim o acesso gratuito à educação profissional e tecnológica aos cidadãos brasileiros por meio da oferta de vagas em cursos diversificados de Formação Inicial e Continuada e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.			

Responsável pela informação: Jair Martins de Souza Júnior

Perspectiva: Cliente

Objetivo Estratégico 06: Implementar estratégia para intensificar a divulgação do portfólio de produtos e serviços.

Quadro 14 – Divulgação do portfólio

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		DIVULGAÇÃO DO PORTFÓLIO	
Objetivo do Indicador		Implementar estratégias para intensificar a divulgação do portfólio de produtos e serviços	
Responsável pelo Indicador	Clérison Córdova	040.165.989-58	Comunicação e Marketing
Fórmula de cálculo e método de medição		Estratégias implementadas	
Fonte dos dados		Comunicação e Marketings	
Evolução dos resultados do indicador			
Resultado do exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
100% das estratégias previstas	- Manutenção e ampliação do Plano de Marketing e Comunicação, alinhado com as diretrizes do Departamento Nacional; - Consolidação dos atendimentos online (via site e redes sociais); - Criação e divulgação de campanhas institucionais para	- Manutenção e ampliação do Plano de Marketing e Comunicação, alinhado com as diretrizes do Departamento Nacional; - Consolidação dos atendimentos online (via site e redes sociais); - Criação e divulgação de campanhas institucionais para	- Manutenção e ampliação do Plano de Marketing e Comunicação, alinhado com as diretrizes do Departamento Nacional; - Consolidação dos atendimentos online (via site e redes sociais); - Criação e divulgação de

	fortalecimento da marca; - Manutenção da divulgação em mídias alternativas (painel de LED, SMS, busdoor e embalagens recicláveis); - Padronização das peças de comunicação como forma de divulgação; - Reforço da imagem institucional como forma de atração de novos públicos.	fortalecimento da marca; - Implantação de divulgação em novas mídias (painel de LED em Palmas e Gurupi); - Uso ativo do SMS como ferramenta de venda de cursos; - Padronização das peças de comunicação como forma de divulgação.	campanhas institucionais para fortalecimento da marca; - Implantação de divulgação em novas mídias (painel de LED em Palmas e Gurupi); - Uso ativo do SMS como ferramenta de venda de cursos; - Padronização das peças de comunicação como forma de divulgação.
Análise crítica do Resultado do indicador em 2016			
Mantendo e ampliando o Plano de Marketing e Comunicação 2016, foram realizadas prioritariamente ações mercadológicas e ações com vistas ao reforço da imagem institucional. Foram realizadas ações de endomarketing (marketing institucional interno) e em veículos externos. O Retorno de Mídia (ferramenta que analisa a quantidade de mídia espontânea – gratuita divulgada e transforma estes espaços de jornais, sites e revistas / tempo de rádio e TV em valores de mídia paga) teve um aumento de 16,65% com relação ao exercício anterior (média de R\$ 112.708,33 por mês de retorno). Outro ponto relevante é o número de acessos ao site da instituição, que teve aumento de 68,49% se comparado ao exercício anterior, bem como o crescimento de números de seguidores das redes sociais.			

Responsável pela informação: Clérison Córdova

Perspectiva: Cliente

Objetivo Estratégico 07: Fomentar a Orientação Mercadológica

Quadro 15 – Encaminhamento do Egresso ao Mundo do Trabalho

Dados gerais do indicador				
Nome do Indicador		Encaminhamento do Egresso ao Mercado de Trabalho		
Objetivo do Indicador		Medição do número de egressos encaminhado ao mercado de trabalho		
Responsável pelo Indicador	Lúcia Córdula dos Santos	810.323.669-15	Operação com o Mercado	
Fórmula de cálculo e método de medição		Quantidade de Egressos encaminhado ao mercado de trabalho através da mediação do Senac por ano. (Banco de Oportunidade)		
Fonte dos dados		Operação com Mercado		
Evolução dos resultados do indicador				
Meta para o exercício de 2016			Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016		2015	2014
400	216		572	556
Análise crítica do Resultado do indicador em 2016				
Em função da recessão econômica, tivemos poucas solicitações de encaminhamento para contratação.				

Responsável pela informação: Lúcia Córdula dos Santos

Perspectiva: Processos Internos

Objetivo Estratégico 08: Adequar a estrutura do Regional

Quadro 16 - Implementações

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	IMPLEMENTAÇÕES		
Objetivo do Indicador	Medir a quantidade de implementações realizadas pelo Regional no exercício		
Área responsável	Infraestrutura		
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de investimento realizados na estruturação física das unidades Operativas		
Fonte dos dados	Balanço Patrimonial		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2015		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
- Reforma e modificação de veículo Rodoviário tipo semi-reboque furgão das áreas de informática e Gestão. R\$ 480.100,00 - Aquisição e Instalação de Grupo gerador. R\$ 323.339,27	R\$ 803.439,27	R\$ 0,00	R\$ 69.730,31
Análise crítica do Resultado do indicador em 2015			
- A reforma da carreta móvel, veio da necessidade de atender a demanda dos municípios do interior do Estado, onde não tem infraestrutura adequada para qualificação dos alunos. - Em busca de maior economicidade e redução dos custos com energia elétrica, foi instalado um grupo gerador que atenda a necessidade das instalações do Centro de Educação Profissional de Palmas e da Administração..			

Responsável pela informação: Cláudia Oneide

Perspectiva: Processos Internos

Objetivo Estratégico 09: Atualizar o parque tecnológico

Quadro 17 – Equipamentos novos

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	PARQUE TECNOLÓGICO ATUALIZADO		
Objetivo do Indicador	Verificar a quantidade de equipamentos novos adquiridos		
Responsável pelo Indicador	Adilaine de Sousa Freitas	467.693.662-15	Patrimônio

Área responsável			
Fórmula de cálculo e método de medição	Quantidades de equipamentos adquiridos/ Total existente ao final do exercício		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
Aumento de 15,83%	66	417	94
Análise crítica do Resultado do indicador em 2015			
Em 2016 foram aplicados em Equipamentos e Material Permanente um montante de R\$ 441.233,56, sendo adquiridos 66 bens patrimoniais nas contas de Equipamentos, Computadores e Periféricos correspondendo um valor total de R\$ 407.966,61, e 117 bens nas constas de Mobiliários no valor de R\$ 33.266,95 (considerado atualizações do parque tecnológico da Administração Regional e a Carreta Móvel Educacional de Informática e Gestão do CEP).			
Responsável pela informação: Adilaine de Sousa Freitas			

Perspectiva: Processos Internos

Objetivo Estratégico 10: Otimizar Sistema de Tecnologia da Informação

Quadro 18 – Sistema de Tecnologia da Informação

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		SISTEMAS IMPLANTADOS E DIFUNDIDOS	
Objetivo do Indicador		Garantia das condições adequadas para a Gestão da Tecnologia	
Responsável pelo Indicador	Edmilson Teles	435.873.993-87	Coordenação de Informática
Fórmula de cálculo e método de medição		Número de sistemas implantados e difundidos	
Fonte dos dados		Coordenação de Informática	
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016			Resultado nos exercícios anteriores
Prevista	Realizado em 2016		20152014
Aumento de 5%	12		2521
Análise crítica do Resultado do indicador em 2016			
No exercício de 2016 partimos para o desafio em desenvolver soluções e/ou implantar novas soluções com o objetivo de tornar esta empresa ainda mais moderna utilizando-se da expertise da equipe de TI. Considerando a crise financeira do país andamos em via contrária uma vez que, ampliamos nosso leque de soluções com produtos com código aberto e os produtos proprietários utizamos todos os recursos a fim de facilitar, otimizar tempo e integrar recursos entre todos os setores.			
Responsável pela informação: Edmilson Teles			

Perspectiva: Aprendizado e Crescimento

Objetivo Estratégico 11: Desenvolver e aperfeiçoar competências internas para gestão dos processos da qualidade.

Quadro 19 – Aperfeiçoamento

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		Aperfeiçoamento	
Objetivo do Indicador		Verificação da adequação do perfil profissional dos colaboradores	
Responsável pelo Indicador	Geraldo Magela	994.828.516-68	Recursos Humanos
Área responsável		Recursos Humanos	
Fórmula de cálculo e método de medição		Número de treinamentos realizados para ajustes de perfis profissionais no exercício/ Número de treinamentos realizados para ajustes de perfis profissionais no exercício anterior	
Fonte dos dados		Recursos Humanos	
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
Aumento de 5%	13	27	28
Análise crítica do Resultado do indicador em 2016			
Durante o exercício de 2016 foram realizados aperfeiçoamentos na Sede do DR e nas Unidades Operativas, totalizando 13 aperfeiçoamentos/capacitações. Com destaque para os cursos de pós-graduação onde participaram 12 empregados com 100% de aproveitamento e também o ingresso de 05 Gestores na Escola de Liderança, um programa do Departamento nacional com o objetivo de promover o aprimoramento das competências de gestão. O número de cursos realizados foi menor em relação a anos anteriores, no entanto a abrangência manteve a mesma média, porém mais direcionada aos profissionais da atividade fim, uma vez que a implantação no novo modelo Pedagógico da Educação Profissional exigiu da instituição a continuidade e manutenção da capacitação dos funcionários.			

Responsável pela informação: Geraldo Magela

3.2 Desempenho Orçamentário

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Não se aplica a Unidade

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não se aplica a Unidade

3.2.3 Execução descentralizada com transfência de recursos

Não se aplica a Unidade

3.2.4 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 20 – Demonstração da Receita

Receita Corrente	Previsto	Arrecadado	Para mais ou menos
Receita de Contribuições	17.970.000,00	16.735.628,96	1.234.371,04
Receita Patrimonial	1.506.000,00	1.460.811,55	45.188,45
Receita de Serviços	2.508.000,00	2.034.793,51	473.206,49
Outras Receitas Correntes	42.000,00	49.079,57	-7.079,57
Subtotal	22.026.000,00	20.280.313,59	1.745.686,41
Receita de Capital	Previsto	Arrecadado	Para mais ou menos
Saldo do exercício anterior	0,00	0,00	0,00
SubTotal	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	22.026.000,00	20.280.313,59	1.745.686,41

Responsável pelo Cálculo/medição: Thiago Batista Amorim

A entidade arrecadou 92,07% do total da receita prevista para o exercício. Pode-se destacar a arrecadação de 81,13% da receitas de serviços, oriundas em sua maioria por conta dos serviços educacionais oferecidos pela instituição, seguido da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Destaca-se ainda a arrecadação de 93,13% das receitas de contribuições e 96,99% das receitas patrimoniais.

3.2.5 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 21 – Demonstração da Despesa

Despesa Corrente	Previsto	Realizado	Para mais ou menos
Pessoal e Encargos Sociais	11.418.000,00	10.637.852,92	780.147,08
Outras Despesas Correntes	9.123.000,00	7.661.385,87	1.461.614,13
Subtotal	20.541.000,00	18.299.238,79	2.241.761,21
Despesa de Capital	Previsto	Realizado	Para mais ou menos
Investimentos	1.485.000,00	441.233,56	1.043.766,44
Subtotal	1.485.000,00	441.233,56	1.043.766,44
TOTAL	22.026.000,00	18.740.472,35	3.285.527,65

Responsável pelo Cálculo/medição: Thiago Batista Amorim

A execução da despesa demonstra uma economicidade de 14,92% da despesa total prevista. Pode-se destacar a economia de 10,91% na despesa corrente prevista, resultado da otimização na gestão dos recursos humanos, e sobretudo do zelo pelo patrimônio, evitando assim custos previstos de manutenção. A execução da despesa de capital resultou em uma economicidade de 70,29%, devido, sobretudo, por conta da não efetivação dos investimentos em obras e instalações previstos.

3.3 Desempenho Operacional

3.3.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Senac-TO atingiu em 2016 um índice de 93% da satisfação dos alunos com os seus serviços prestados. Realizou 12.375 matrículas, 9.059 atendimentos em Ações Extensivas e 773 matrículas em cursos EAD, totalizando 21.434 matrículas/atendimentos, atingindo 107.17% da meta estabelecida de 20.000 matrículas/atendimentos.

A divulgação da marca Senac ocorreu em TV, Rádio, Jornal impresso, jornal online, revistas, sites de notícias, outdoor e mídias alternativas (painel de led, busdoor e sacos de pão) de comunicação, além de 4 canais oficiais em rede sociais.

O Senac-TO possui um centro de idioma, três Unidades Operativas e um Centro de Educação Profissional que qualificam pessoas nos eixos de: Artes, Beleza, Comércio, Conservação e Zeladoria, Design, Desenvolvimento Educacional, Gestão, Hospitalidade, Idiomas, Informática, Moda, Produção de alimentos, Saúde, Segurança e Turismo.

A matriz de desempenho abaixo versa sobre os indicadores de eficácia, efetividade, qualidade, orçamentário/financeiro, e social, aplicado a Gestão do Portifólio de produtos e serviços, Gestão orientada para resultados e Promoção da Inclusão social, onde é verificado o tipo de Gestão, Finalística, Patrimonial, Orçamentária-Financeira e de Suprimento de bens e Serviços.

Quadro 22 – Indicadores de desempenho

TIPO DE GESTÃO	TIPO DE INDICADOR	DEFINIÇÃO E MEDIÇÃO		
FINALÍSTICA	Eficácia	Atendimento Total		
		Definição	Informação do número de atendimentos realizados no período	
		Medição	% de atendimentos realizados em relação ao total de atendimentos previstos. (matrículas concluídas + em processo)	
		Atendimento previsto	Atendimento Realizado	%
		20.000	21.434	107,17
		Matrícula Total		
		Definição	Informação do número de matrículas realizadas no período	
		Medição	% de matrículas realizadas em relação ao total de matrículas previstas (por modalidade de ensino / tipo de curso / área profissional)	
			Previstas	Realizadas
				%
		Matriculas	11.650	11.602
		Ações Extensivas	8.000	9.059
		EAD	350	773
		Total	20.000	21.434
				107,17
		Carga Horária Executada		
		Definição	Informação da carga horária realizada no período	
		Medição	% de carga horária executada em relação ao total de carga horária prevista para o período (por modelo de recurso)	
			Carga horária prevista	Carga horária Acumulada
				%
		Comercial	309.506	328.528
		Pronatec	0	50.772
		PSG	1.590.494	1.693.989
		Ações Extensivas	0	22.294
		TOTAL	1.900.000	2.095.583
				110,29

PATRIMONIAL	Efetividade	Matrículas Concluídas		
		Definição	Informação do número de matrículas concluídas no período	
		Medição	% de matrículas concluídas sobre matrículas efetivas (matrícula desistente, em processo, evadido – reprovado)	
		Matrículas Total	Matrículas efetivadas	%
		10.651	10.463	98,23
	Qualidade	Satisfação da Clientela		
		Definição	Informação do grau de satisfação dos alunos em relação a aspectos gerais dos cursos, comparando as Fontes de Recursos.	
		Medição	Índice de Qualidade Percebida dos alunos nos cursos que o qualificam para o mercado. Variação de 1 a 10.	
		PSG	COMERCIAL	GERAL %
		9,36	9.16	9,30
	Eficiência	Investimento Tecnológico		
		Definição	Informação do total de investimento feito em tecnologia para atividade de ensino	
		Medição	% do investimento realizado em tecnologia para atividade de ensino em relação ao total de investimento previsto para o período (valor previsto para equipamentos e mobiliário).	
		Investimento previsto (equipamentos e materiais permanentes)	Investimento realizado (tecnologia para atividade de ensino)	%
		R\$ 297.000,00	R\$ 441.233,56	148,56
	Efetividade	Área Construída (m²) para o ensino		
		Definição	Informação sobre o total de área destinada para atividade de ensino	
		Medição	% de área (m²) destinada ao ensino em relação à área construída total. (Considerada apenas salas de aula e laboratórios).	
		Área destinada ao ensino	Área construída total	%
		3.138,29 m²	6.910,21 m²	45,42%

Quadro 23 – Gestão orientada para resultados

TIPO DE GESTÃO	TIPO DE INDICADOR	DEFINIÇÃO E MEDIÇÃO		
FINALÍSTICA	Eficácia	Encaminhamento de egressos ao mercado de trabalho		
		Definição	Informação do número de egressos encaminhados no período	
		Medição	% de egressos encaminhados ao mercado de trabalho através da mediação do Senac em relação ao total previsto	
		Total previsto	Egressos encaminhados ao mercado	%
		400	216	54,00%
	Eficiência	Coeficiente de Sustentação		
		Definição	Informação sobre a capacidade de cobertura das despesas pela receita operacional.	
		Medição	% da receita operacional em relação à despesa total	
		Capacidade das despesas	Receita operacional	%
		18.740.472,35	2.034.793,51	10,86%
ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA	Orçamentário-Financeiro	Receita Compulsória em relação à Receita Total		
		Definição	Informação da representatividade da receita compulsória realizada	
		Medição	% da receita compulsória em relação à receita total	
		Receita compulsória	Receita total	%
		16.735.628,96	20.280.313,59	82,52%

DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS	Eficácia	Modalidade de Compra Carta-Convite		
		Definição	Informação sobre o número de processos licitatórios do tipo carta-convite	
		Medição	% de processos licitatórios do tipo carta-convite para compra de materiais, serviços e obras em relação ao total de processos	
		Processos licitatórios carta convite	Total de processos	%
		03	470	0,6383%
		Modalidade de Compra Concorrência		
		Definição	Informação sobre o número de processos licitatórios do tipo concorrência	
		Medição	% de processos licitatórios do tipo concorrência para compra de materiais, serviços e obras em relação ao total de processos	
		Processos Licitatórios compra concorrência	Total de processos	%
		10	470	2,1276%

Promoção da Inclusão Social - Indicadores

Quadro 24 – Promoção da inclusão Social

TIPO DE GESTÃO	TIPO DE INDICADOR	DEFINIÇÃO E MEDIÇÃO		
FINALÍSTICA	Social	Gratuidade		
		Definição	Informação do número de pessoas beneficiadas através do Programa Senac de Gratuidade - PSG.	
		Medição	% de pessoas beneficiadas em programas de gratuidade em relação ao total previsto	
		Pessoas beneficiadas	Total previsto	%
		6.803	6.000	113,38
		549 (Rede EAD)	-	100,00%

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das Estrutura de Governança

A Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno a que a instituição se vincula, a qual realiza auditoria da gestão dos recursos públicos federais sob responsabilidade da organização, especificamente as contribuições compulsórias, para verificar a sua boa e regular aplicação. No caso do Senac, elas são arrecadadas pelo Receita Federal. Adicionalmente, informa-se que conforme o Regulamento do Senac, cito artigo 20 do Decreto 61.843/67, o controle interno no Senac Tocantins também é exercido pelo Conselho Fiscal, órgão de deliberação coletiva de fiscalização orçamentária, contábil e financeira, estruturado no Regulamento do Senac, composto por dois representantes do comércio, dois representantes sindicais e três representantes indicados pelo governo. O Conselho Fiscal é um dos três órgãos que compõem a Administração Nacional do Senac, conforme estabelecido no artigo 12 do Decreto nº 61.843/1967:

“O Senac compreende:

I – Administração Nacional (AN), com jurisdição em todo o País e que se compõe de:

- a) Conselho Nacional (CN) – órgão deliberativo;
- b) Departamento Nacional (DN) – órgão executivo;
- c) Conselho Fiscal (CF) – órgão de fiscalização financeira.”

O artigo 19 do Decreto nº 61.843/1967, estabelece que o Conselho Fiscal será composto da seguinte forma:

“I – dois representantes do comércio, sindicalizados, eleitos pelo Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Comércio;

II – um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, designado pelo respectivo Ministro de Estado;

III – um representante do Ministério do Trabalho e Emprego;

IV – um representante do INSS, designado pelo Ministro de Estado da Previdência Social; e

V – dois representantes dos trabalhadores, indicados pelas centrais sindicais que atenderem aos critérios e instruções estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.”

Ainda, no parágrafo 1º do mesmo artigo, está estabelecido que o Presidente daquele órgão será eleito pelos membros do próprio Conselho. Além desses órgãos, as áreas do Senac Tocantins são responsáveis pela criação, implantação e manutenção de seus controles internos, formalizados em manuais de procedimentos e sistemas informatizados, sendo realizadas avaliações de eficácia

através das visitas do Conselho Fiscal, e ainda durante as eventuais auditorias e fiscalizações da CGU, TCU, entre outros.

A comunicação para a alta administração ocorre no momento da discussão das recomendações dos relatórios de auditoria e elaboração dos relativos planos de ação. O Senac Tocantins é responsável pela prestação de contas e elaboração e adequada apresentação de suas demonstrações contábeis de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis. A equipe técnica do Conselho Fiscal do Senac realiza anualmente auditoria de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária das Administrações Nacional e Regionais. O relatório deste trabalho, após submetido aos membros do Conselho Fiscal, é encaminhado ao Presidente do Conselho Regional do Departamento Regional Tocantins para providências, as quais são elaboradas e discutidas pelo corpo gerencial do Senac Tocantins e submetido à alta direção da unidade para posicionamento, e posterior envio ao Conselho Fiscal.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Quadro 25 - Dirigentes do Departamento Regional

Dirigentes			
Nome	Período de gestão	Função	CPF
Lunáh Brito Gomes	Desde 26/01/2009	Diretora Regional	194.607.671-68
Cláudia Oneide Silva	Desde 02/03/2009	Gerente GAD	575.128.411-91
Dirce Betânia de Oliveira Faustino	Desde 01/04/2007	Gerente GEP	336.510.781-91

Responsável pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

Quadro 26 – Membros do Conselho Regional

CARGO	NOME	CPF	PERÍODO DE GESTÃO
Presidente (Fecomércio)	Itelvino Pisoni	057.562.430-20	Posse: 22/06/2014 Término: 22/06/2018
Vice-Presidente (Fecomércio)	Domingos Tavares de Souza	323.169.841-34	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Efetivo (Fecomércio)	Valdemir de Sá	251.618.659-20	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018

Conselheiro Efetivo (Fecomércio)	Lucas Gomes Pinheiro Neto	043.530.231-01	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Efetivo (Fecomércio)	Elisafan Ferreira dos Santos	336.525.381-53	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Efetivo (Fecomércio)	Romeu Capra	573.805.209-97	Posse: 29/07/2016 Término: 21/06/2018
Conselheiro Efetivo (Fecomércio)	Wilians Santos Ferreira	498.429.511-20	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Efetivo (Receita Federal)	Arnaldo Severo Filho	137.151.781-91	Posse: 31/10/2012 Sem data de Término:
Conselheiro Efetivo (MTE)	Celso César da Cruz Amaral Jesus	346.673.341-34	Posse: 17/06/2014 Sem data Término:
Conselheiro Efetivo (SESCAP)	Gildivan Miranda Marques	226.397.213-72	Posse: 24/06/2016 Sem data de Término:
Conselheiro Efetivo (CUT/NSCT)	Manoel Pereira de Miranda	392.351.491-34	Posse: 26/11/2010 Sem data de Término:
Conselheiro Efetivo (CUT)	Paulo Marques Galvão	228.497.181-49	Posse: 26/11/2010 Sem data de Término:
Conselheiro Suplente (Fecomércio)	Rubens Pereira da Luz	059.143.337-00	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Suplente (Fecomércio)	Maria Lúcia Dorta Pompeu	534.749.701-78	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Suplente (Fecomércio)	Vicente de Paulo Ribeiro	211.019.491-04	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Suplente (Fecomércio)	Anselmo José M. da Silva Moraes	387.112.651-91	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Suplente (Fecomércio)	Jorge Moraes Camargo	230.405.641-53	Posse: 22/06/2014 Término: 21/06/2018
Conselheiro Suplente (Receita Federal)	Joney Rodrigues Cabrinha	575.682.251-68	Posse: 28/08/2014 Sem data de Término:
Conselheiro Suplente (MTE)	Benvindo Vieira da Costa	052.173.692-72	Posse: 28/08/2013 <u>Em data de</u> Término:
Conselheiro Suplente (SESCAP)	Ademar Andrade de Oliveira	289.518.402-04	Posse: 26/04/2012 Sem data de Término:
Conselheiro Suplente (CUT/NSCT)	Eliseu Geraldo de Melo	055.790.312-20	Posse: 26/11/2010 Sem data de Término:
Conselheiro Suplente (CUT)	João Batista Rêgo	094.828.905-82	Posse: 16/12/2010 Sem data de Término:
Conselheiro Suplente	Davi Aparecido Silva Pereira	101.224.378-88	Posse: 24/06/2016

(Fecomércio)			Término: 21/06/2018
--------------	--	--	---------------------

Responsável pela informação: Angela Raquel Lima de Aguiar

Cabe esclarecer que os membros do Conselho Regional não são remunerados por suas atividades.

4.3 Atuação da unidade de Auditoria Interna

A Auditoria interna está vinculada a administração nacional, por meio do Conselho Fiscal.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Apesar de se aplicarem à natureza desta Unidade Jurisdicionada, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

Quadro 27 – Avaliação de Sistema Risco e Controle Internos

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	Valores				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou do código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da Unidade Jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses				X	

riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações de natureza preventiva ou de detecção para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise crítica: O UJ, tem executado as suas competências regimentais a contento, buscando o alcance de suas metas, bem como a capacitação de seus servidores, melhorando cada vez mais os controles.					
Escala de valores da avaliação:					
(1) Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ,					

porém **em sua minoria**.

(3) Neutra: significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado **no contexto da UJ**.

(4) Parcialmente válida: significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido: significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro 28 - Remuneração anual dos Membros da Diretoria

DIRETORA REGIONAL	R\$ 215.657,90
GERENTE GAF	R\$ 178.799,22
GERENTE GEP	R\$ 176.434,38

Responsável pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

Cabe esclarecer que os membros do Conselho Regional não são remunerados por suas atividades.

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não se aplica á natureza desta Unidade Jurisdicionada

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 29 - Força de trabalho (situação apurada em 31/12/2016)				
Regime de contratação	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
Cargo Comissão	0	19	0	2
Celetistas	0	167	7	32
Temporários	0	3	3	5
Total	0	189	10	39

Fonte: Responsável pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA (218 funcionários na folha dezembro-2015 + 10 ingressos – 39 egressos = 189 ativos ao final da folha dezembro-2016; observando que durante o ano houve uma troca de funcionário da UOP-Araguaína para UOP-Taquaralto.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 30 - Despesas com pessoal (situação apurada em 31/12/2016)								
Ano	Vencimentos e vantagens fixas			Despesas variáveis				Total
		Outras Despesas Variáveis Pessoal	Salário Variável	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Outras despesas variáveis	
Empregados em regime CLT por prazo indeterminado								
2014	5.617.622,98	3.142.435,84	3.076.688,46	11.000,00	15.602,00	91.266,94	65.747,38	12.020.363,60
2015	5.907.562,22	2.637.268,03	2.566.247,48	2.443,00	16.938,35	134.839,67	71.020,55	11.336.319,30
2016	5.809.907,04	2.066.710,06	2.030.811,06	30.101,73	19.376,34	142.897,84	35.899,00	10.135.703,07

Fonte: Responsável pela informação: Wesley Luis Araujo Silva

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela.

Quadro 31 - Situações que reduzem a força de trabalho	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro de 2016
Cedidos	0
Com ônus	0
Sem ônus	0
Afastamentos	13
Aposentadoria por invalidez	0
Licença-maternidade	07
Licença remunerada	0
Complementação salarial para empregado afastado por doença/acidente	0
Licença não remunerada	0
Empregado afastado por doença/acidente	0
Total de empregados afastados/cedidos	20

Fonte: Departamento Pessoal – Responsável pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade.

b.1) Qualificação da força de trabalho por faixa etária

Quadro 32 - Quantidade de empregados por faixa etária (Tabela resumida)					
Tipologias do cargo	Faixas etárias				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
Celetistas	70	64	22	11	-
Temporários	03	0	0	0	-
Cargo Comissão	01	05	08	05	-
Total	74	69	30	16	-

Fonte: Departamento Pessoal – Responsável pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

Quadro 33 - Quantidade de empregados por faixa etária					
Tipologias do cargo	Faixas etárias				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
DIRETORA REGIONAL				1	
ANALISTA DE SISTEMA	1				
ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO	1				
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO				1	
ASSESSOR RH				1	
ASSESSOR DE IMPRENSA	1				
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3	5	1	1	

AUXILIAR ADMINISTRATIVO	26	10	3		
AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	1	1			
AUXILIAR DE SERV. GERAIS	13	7	3	1	
AUXILIAR DISCIPLINAR					
BIBLIOTECÁRIA	1				
COORD DE INFRA ESTRUTURA					
COORD PEDAGOGICO		1	1		
COORD. ADM. DE PESSOAL		1			
COORD. CONTABILIDADE CUSTO	1				
COORD. DE MATERIAL		1			
COORD. PATRIMONIO E ALMOXARIFADO		1			
COORDENAÇÃO DE OP DE MERCADO			1		
COORDENADOR DE EIXO 20					
COORDENADOR DE EIXO 30			1		
COORDENADOR DE EIXO 40		1			
COORDENAODR DE TI			1		
ESTAGIÁRIO					
GER CENTRO EDUC. PROFISSIONAL			1		
GERENCIA DE PROJETOS					
GERENTE ADM FINANCEIRO			1		
GERENTE EDUC. PROFISSIONAL				1	
GERENTE UNIDADE OPERATIVA			2	1	
INSTRUTOR 1 20H			1		
INSTRUTOR I	1	5	3	4	
INSTRUTOR II *	16	23	8	3	
INSTRUTOR IV 40HS	1	1	1		
INSTRUTOR V 30HS					
INSTRUTOR VI					
MOTORISTA		2		1	
SECRETARIA ESCOLAR					
SUBCOORDERNADOR			1		
SUP PEDAGOGICA					
SUORTE DE TI					
TECNICO ADMINISTRATIVO I					
TECNICO ADMINISTRATIVO II					
TECNICO ESPECIALIZADO I		2	1	1	
TECNICO ESPECIALIZADO II	4	7			
TECNICO ESPECIALIZADO III		1			

TÉCNICO EXECUÇÃO PRONATEC					
MONITOR ENSINO PROFISSIONAL	4				
Total	74	69	30	16	

Fonte: Departamento Pessoal – Responsavel pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

b.2) Qualificação da força de trabalho por nível de escolaridade

Quadro 34 - Quantidade de empregados por nível de escolaridade (Tabela resumida)

Tipologias do cargo	Classificação do nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Cargo Comissão (curso completo)					12	7			
Cargo Comissão (curso incompleto)									
Celetistas (curso completo)			6	68	62	30	1		
Celetistas (curso incompleto)									
Temporários (curso completo)				2	1				
Temporários (curso incompleto)									
Total			6	70	75	37	1		

Fonte: Departamento Pessoal – Responsavel pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

Classificação do nível de escolaridade:

- 1 – Analfabeto
- 2 – Alfabetizado sem cursos regulares
- 3 – Primeiro grau
- 4 – Segundo grau ou técnico
- 5 – Superior
- 6 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós- graduação
- 7 – Mestrado
- 8 – Doutorado / Pós-doutorado / PhD / Livre docência
- 9 – Não classificada

Quadro 35 - Quantidade de empregados por nível de escolaridade (Tabela detalhada)

Tipologias do cargo		Classificação do nível de escolaridade								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
Corpo Diretivo e Gerencial						3	4			
Apoio Técnico do Quadro Efetivo	Assessorias						1			
	Supervisão e Técnicos					10	5	1		
	Coordenação e Sub-coordenações				1	8	2			
	Outras Atividades				3	2				
Apoio Administrativo e Outros				6	51	21	4			
Corpo Docente do Quadro Efetivo					15	31	21			
Total				6	70	75	37	1		
	Análise crítica:									

Fonte: Departamento Pessoal – Responsavel pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

b.3) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 36 - Valor com pessoal por categoria de despesa (triênio 2013 / 2015) (em R\$)

Setor / Exercícios	Celetistas				Total
	Vencimentos e vantagens fixas	Indenizações/decisões judiciais	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Cargos de direção e assessoramento superior					
2014	435.779,83	-	20.019,20	-	455.799,03
2015	435.739,23	-	35.597,18	-	471.336,41
2016	470.691,50	-	40.338,96	-	511.030,46

Fonte: Contabilidade - Thiago Batista Amorim

Categorização dos itens:

Vencimentos e vantagens fixas

Adicional de férias 1/3 (Art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal) / Adicional de insalubridade / Adicional de periculosidade / Adicional de tempo de serviço / Adicional noturno / Auxílio para diferença de caixa / Aviso prévio cumprido (trabalhado) / Gratificação de função (não eventual) / 13º salário / Férias / Salário (ajustado de acordo com o cargo efetivo ou constante do contrato) / Salário de cargo em comissão.

Indenizações

Indenizações por tempo de serviço como não optante / Aviso prévio indenizado / Férias indenizadas / 13º indenizado / Multa rescisória / Decisões judiciais / Outras indenizações trabalhistas.

Benefícios assistenciais e previdenciários

Assistência médica / Previdência privada / Seguro de vida / Auxílio-funeral / Auxílio-creche / Alimentação / vale transporte

Demais despesas variáveis

Abono pecuniário (opcional) / Ajudas de custo / Horas extraordinárias / Substituição / Gratificação de função (eventual) / Outras vantagens pagas a pessoal.

c) composição do quadro de regime de aposentadoria

Esse item não é contemplado pelo regional

d) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

Informamos que os indicadores referente a este item estão descritos no item 2, quadro 2.2.13, pagina 21.

b) Quantidade de empregados terceirizados (ingressos e egressos)

Quadro 37 - Terceirização de mão de obra													
Unidade contratante: Senac													
CNPJ: 03.711.932/0001-30													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	Segurança	Ordinária	09/2014	SERVI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÃO S LTDA 01.437.326/000 5-77	01/05/2016	01/05/2017			3	3			Ativo prorrogado
Observações:													
LEGENDA													
Áreas: 1. Segurança 2. Transportes 3. Informática 4. Copeiragem 5. Recepção 6. Reprografia 7. Telecomunicações 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
				Nível de escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
				Situação do contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo prorrogado; (E) Encerrado.									
				Quantidade de empregados: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

Fonte: Responsável pelo Cálculo/medição: Antônio Xavier Júnior

c) Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância da UJ

Quadro 38 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva							
Unidade contratante: Senac							
CNPJ: 03.711.932/0001-30							
Informações sobre os contratos							
Ano	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada	Período contratual de execução das atividades	Nível de escolaridade	Sit.

				(CNPJ)	contratadas		exigido dos trabalhadores contratados						
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	V	O	09/2014	01.437.326/000 5-77	01/05/2014	01/05/2017	0	0	3	3	0	0	P
Observações:													
<u>LEGENDA</u>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Responsável pelo Cálculo/medição: Antônio Xavier de Barros Júnior

d) contratos de estágios discriminando a quantidade vigente no exercício da gestão, o nível de escolaridade exigido e a alocação dos estagiários na UJ

Quadro 39 - Composição do quadro de estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custos no exercício (em R\$)
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
1. Nível superior	8	4	2	2	
1.1. Área-fim	6	2	1	1	
1.2. Área-meio	2	2	1	1	
2. Nível Médio					
2.1. Área-fim					
2.2. Área-meio					
3. Total (1+2)					R\$ 32.186,40

Fonte: Departamento Pessoal – Responsável pela informação: Wesley Luis Araujo Silva SISTEMA RM-FOLHA

A quantidade de estagiários é um reflexo do crescimento do Regional e está estritamente relacionada à necessidade de cada setor. O número pode aumentar ou diminuir dependendo do período onde a demanda de cursos ofertados pela escola pode ser maior ou menor, exigindo assim uma quantidade de pessoal adequada a tal situação. Outro fator relevante que pode influenciar nessa oscilação é contrato de funcionários que podem vir a substituir o estagiário.

5.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio e dos imóveis locados de terceiros.

Quadro 40 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial e de propriedade da UJ

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
Brasil	Palmas	-	-
	AR/CEP Palmas	1	1
	Gurupi	-	-
	UOP Gurupi	1	1
	Araguaína	-	-
	UOP Araguaína	1	1
Brasil		3	3

Responsável pelo Cálculo/medição: Wellington Gouveia Costa

Quadro 41 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do imóvel			Despesa no exercício	
				Valor histórico	Data da avaliação	Valor reavaliado	Com reformas	Com manutenção
AR/CEP PALMAS	-	21 - Uso em Serviço	Bom	3.825.269,22				115.859,19
UOP ARAGUAINA	-	21 - Uso em Serviço	Novo	4.433.250,79				10.629,39
UOP - GURUPI	120003	21 - Uso em Serviço	Muito Bom	2.673.107,67				6.757,11
Total								133.245,11

Responsável pelo Cálculo/medição: Wellington Gouveia Costa/ Thiago Batista Amorim

% da área (m²) do conjunto das Unidades Escolares destinadas ao ensino/Área construída total

Quadro 42 - Área construída

Tipo de Indicador	Local	Área Total	Área Ocupada	%
Efetividade	Palmas	3.637,50 m ²	1.236,92 m ²	34,00
	Araguaína	1.114,11 m ²	557,76m ²	50,06
	Gurupi	1.095,03 m ²	440,51 m ²	43,51
	Taquaralto	490,59 m ²	214,88 m ²	43,80
	Centro Idiomas	574,83 m ²	261,50 m ²	45,49

Responsável pelo Cálculo/medição: Wellington Gouveia Costa

A área ocupada ressalta apenas a área dos ambientes pedagogicos (sala de aula e laboratório), onde não estão inclusos as áreas de apoio, circulação, recreação, auditório e etc.

5.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 43 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso da UJ locados de terceiros

IMÓVEL	ÁREA FÍSICA	LOCAL	PRAZOS DE CONTRATO		VALOR ATUAL	REAJUSTE	
			INÍCIO	TÉRMINO		MÊS	ÍNDICE
END:	Quadra 303 Norte, Avenida LO – 10, Lote 26, Palmas, TO	CEP Palmas (deposito)	12/08/2013	11/08/2016	R\$ 1.704,51	AGO	IGPM
	100 m²						
END:	Quadra 103 Norte, Rua NO 07, Conj. 01, Lote 08 (35) , Palmas, TO.	CEP Palmas (Idiomas)	10/02/2016	09/02/2018	R\$ 17.738,15	FEV	IGPM
	574 m²						
END:	Rua 09, Quadra 02, Lote 10 Taquaralto, Palmas, TO	U.O Taquaralto	01/11/2013	01/11/2016	R\$ 9.000,00	NOV	IGPM
	504,9 m²						
END:	Rua das Carmélias, Lote 1A, Quadra 59, Setor Cruzeiro, Araguaína - TO	U.O Araguaína	20/01/2016	19/01/2016	R\$ 1.100,00	JAN	IGPM
	150 m²						

Responsável pelo Cálculo/medição: Wellington Gouveia Costa

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

5.3.1 Principais sistemas de informações

Informações sobre sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da Unidade Jurisdicionada, contemplando:

a- Relação dos sistemas e a função de cada um deles:

SIGED – O Sistema de Gestão de Demanda objetiva-se a apoiar, mapear, mensurar, conhecer novas tendências/demandas e promover ofertas para cursos novos ou cursos já ofertados nas Unidades Educacionais e Remotas.

Custos e preços: Não há despesas com licenciamento, (Sistema será desenvolvido por profissionais do Centro de informática do SENAC/TO).

GED – O Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (Alfresco) é um sistema de Gestão de conteúdo empresarial (em inglês ECM "*Enterprise Content Management*") multi plataforma (Windows e Unix/Linux) de Código Aberto. O Alfresco se propõe como uma alternativa para o gerenciamento de documentos, arquivos, colaboração e também conteúdos web. Versão *Alfresco Community Edition 5.0*.

Custos e preços: Não há despesas com licenciamento, (Sistema será desenvolvido por profissionais do Centro de informática do SENAC/TO).

SIGE - O Sistema de Gestão de Evasão objetiva um acompanhamento e prevenção da evasão. Possibilita um histórico de contatos realizados pelo seu coordenador para com o aluno. É de suma importância no processo de acompanhamento do desempenho da frequência dos alunos, retenção de clientes, bem como na eficiência dos processos educacionais e sua interface com os financeiros.

Custos e preços: Não há despesas com licenciamento, (Sistema será desenvolvido por profissionais do Centro de informática do SENAC/TO).

Portal Corporativo - destinado a promover integração entre os diversos serviços de TI, a gestão de conteúdos pertinentes, manuais que nortearão o acesso aos colaboradores. Pretende prover ferramentas de colaboração e de socialização, além de comunidades de prática e diferentes formas de reter e disseminar o conhecimento corporativo.

Custos e preços: Não há despesas com licenciamento, (Sistema será desenvolvido por profissionais do Centro de informática do SENAC/TO).

b- Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas:

Sistema de Solicitação de Divulgação – Automatização para o departamento de CMC (Coordenação de Marketing e Comunicação) o processo no de solicitação de Divulgação.

Custos e preços: Não há despesas com licenciamento, (Sistema será desenvolvido por profissionais do Centro de informática do SENAC/TO).

Intranet/Portal do colaborador – Traz aspectos avançados como a personalização de conteúdo pelo perfil do colaborador, provê ferramentas de colaboração e de socialização, além

de comunidades de prática e diferentes formas de reter e disseminar o conhecimento corporativo.

O objetivo do portal é fomentar a socialização dos colaboradores e a retenção do conhecimento tende a ter vantagens competitivas perante a concorrência, pois está valorizando seu ativo mais importante, que são as pessoas e seu conhecimento do negócio.

Terá em modo tela de apresentação a listagens de todos os cursos que estão liberados para matrícula no MIRA.

Custos e preços: Não há despesas com licenciamento, (Sistema será desenvolvido por profissionais do Centro de informática do SENAC/TO).

Sistema de controle de senhas para atendimento ao cliente - O sistema tem a característica de controlar as senhas para atendimento e gerenciar o fluxo de atendimento por usuário.

Terá em modo tela de apresentação a listagens de todos os cursos que estão liberados para matrícula no MIRA.

Custos e preços: Não há despesas com licenciamento, (Sistema será desenvolvido por profissionais do Centro de informática do SENAC/TO).

c- Relação dos contratos que vigeram no exercício de referência do Relatório de Gestão, incluindo descrição de seus objetos, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

Quadro 44- Contratos na área de Tecnologia da Informação

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados 2016
			CNPJ	Denominação		
*Internet	Termo de Adesão 20M ARAGUAÍNA	28/04/17	76.535.764/0001-43	LINK INTENET OI	R\$ 24.893,45	R\$ 24.893,45
*Internet	Termo de Adesão 10M GURUPI	28/04/17	09.473.770/0001-26	CST Serviços de Internet LTDA.	R\$ 23.963,43	R\$ 23.963,43
*Internet	Termo de Adesão 30M PALMAS	28/04/17	76.535.764/0001-43	LINK INTENET OI	R\$ 20.494,02	R\$ 20.494,02
*Internet	Termo de Adesão 10M TAQUARALTO	Indeterminado	76.535.764/0001-43	LINK INTENET OI	R\$ 1.426,34	R\$ 1.426,34
*DN	AUTODESK	01/02/16 a 31/01/17	42.594.036/0001-90	ETC Brasil Soluções e Serv. Tecnologia Educacional LTDA	R\$ 30.061,24	R\$ 30.061,24
*DN	MICROSOFT (ESS sem padronização e	2016 a 2017	57.142.978/0001-05	Brasoftware Informatica LTDA.	R\$ 43.661,20	R\$ 43.661,20

	MPSA)					
*DN	COREL	01/01/16 a 31/12/17	57.142.978/0001- 05	Brasoftware Informatica LTDA.	R\$ 3.849,23	R\$ 3.849,23
*DN	MCAFREE	16/02/16 a 15/02/17	00.614.911/0001- 09	Negócios Integrados Com. e Serviços De Informática Ltda.	R\$ 7.299,00	R\$ 7.299,00
CCAMT 730/12 de 15/03/12	Aluguel de Infraestrutura de Datacenter (Sistema MIRA e MXM)	01/2016 a 12/2016	00.121.647/0001- 71	AGÊNCIA MODERNA TECNOLOGIA LTDA	R\$ 8.815,20	R\$ 8.815,20
Total					R\$ 164.463,11	R\$ 164.463,11

Legenda: Nº do contrato: número do contrato firmado com terceiros na área de Tecnologia da Informação. Caso exista um número representativo de contratos, só devem ser consignados no quadro os mais representativos em termos de valor e, adicionalmente, aqueles mais estratégicos para a unidade, considerando a sua contribuição para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos.

Objeto: descrição sucinta do objeto do contrato.

Vigência: período de início e termino do contrato, com mês e ano.

Fornecedores:

CNPJ: número do CNPJ

Denominação: nome ou razão social da empresa contratada

Custo: valor total do contrato.

Valores desembolsados 2016: valores pagos em 2016, em razão da execução do contrato.

Responsável pelo Cálculo/medição: Edmilson Teles

*DN: Os Contratos na área de Tecnologia da Informação relativos ao licenciamento de produtos Autodesk, Corel, Microsoft e McAfee, são padronizados pelas empresas contratadas e encaminhados sem numeração ao Departamento Nacional.

*Internet: São links de internet, fornecidos pelas empresas Embratel e Oi, cujo número de contrato não é gerado pela empresa.

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDT)

O PDTI do SENAC, foi elaborado a partir de 2010, conforme as recomendações do Conselho Fiscal do Departamento Nacional do SENAC, constitui-se em compromisso do SENAC Tocantins com o DN, para desenvolver ações numa visão gerencial de qualidade voltada para a consolidação e expansão de uma Instituição de Educação que atenda cada vez mais os anseios da sociedade moderna.

O processo de elaboração e de execução do PDTI tenta prever e antecipar as situações. Este planejamento permite o estabelecimento de ações que norteiam o SENAC Tocantins a cumprir sua missão institucional.

As estratégias de realização do planejamento para cada exercício apresentam características participativas, em que todas as instâncias acadêmicas e administrativas se reúnem, identificando

suas reais necessidades, propondo objetivos e metas, representando, assim, uma síntese das ações sistematizadas.

Obs: O DRTO, ainda não consta com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro 45 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				x	
	Papel reciclável; Ar condicionado com tecnologia inverter;				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela Unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela UJ é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudicam a natureza (p. ex., produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		x			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela Unidade, é avaliado se há existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (p. ex.: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		x			
5. No último exercício, a Unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (p. ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos				x	
	Adquiriu condicionado			Ar com	

sobre o consumo de água e energia?	tecnologia inverter;				
6. No último exercício, a Unidade adquiriu bens/produtos reciclados (p. ex.: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				x	
	Papel reciclável; Ar condicionado com tecnologia inverter;				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				x	
	Refil cartucho de impressoras.				
8. No modelo de execução do objeto, são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	x				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe, anexo, o plano de gestão de logística sustentável da Unidade.	x				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				x	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
12. Na Unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
Considerações gerais: *12 - Obs: Quanto à separação dos resíduos descartáveis, a Unidade tem lixeiras seletivas, porém, a coleta realizada pelas empresas de limpeza urbana, não complementa esse processo. Quando possível esse material é coletado por catadores de resíduos recicláveis.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Análise crítica:

O Regional tem uma grande preocupação com implementações de medidas que reduzam o impacto ambiental. Todos os materiais empregados em obras realizadas estão em conformidade com as normas técnicas – ABNT, e o Regional continua ampliando o uso em alguns itens, tais como:

- instalações de bebedouros, evitando copos descartáveis,
- uso de lâmpadas fluorescentes compacta,
- lixeiras seletivas,
- sistema individual de água para consumo,
- uso de equipamentos de proteção individual – EPI,
- conscientização dos empregados e alunos quanto ao consumo de água e energia,

Obs: Quanto à separação dos resíduos descartáveis, a Unidade tem lixeiras seletivas, porém, a coleta realizada pelas empresas de limpeza urbana, não complementa esse processo. Quando possível esse material é coletado por catadores de resíduos recicláveis.

Responsável pelo Cálculo/medição: Cláudia Oneide

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

Considerando que toda a divulgação do Senac converge para o site da instituição, é nele que estão todos os canais de acesso às informações. Para o cidadão entrar em contato com o Senac, no topo direito da página principal, em local de destaque, há um link FALE COSNOSCO. Neste campo, há as opções de informações: informações sobre cursos, trabalhe conosco, dúvidas, sugestões, críticas e outros. Ainda neste link há outras opções de acesso às informações, em campo à direita, com as informações de cada unidade do Senac no Estado, como: Unidade, endereço, telefones e e-mails. O mesmo campo para envio de mensagem ao Senac está disponível em todas as páginas de informações de cursos. Todas as mensagens são enviadas para o e-mail da Coordenação de Marketing e Comunicação (cmc@to.senac.br) que responde e faz o arquivo de todo o material. Os contatos realizados através dos canais de acesso são respondidos em sua totalidade, via e-mail ou via contato telefônico. A Unidade não consta o registro estatístico desses atendimentos.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

As informações sobre os serviços prestados pelo Senac Tocantins são: os serviços (cursos) oferecidos; os requisitos, perfil profissional, documentos e informações necessários para acessar o serviço e/ou realizar a inscrição; as formas de prestação do serviço; as formas de comunicação; os locais e formas de acessar o serviço/curso. Todos esses serviços estão disponíveis no site oficial da instituição (www.to.senac.br) e nos materiais de comunicação disponíveis nas unidades.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Até o ano de 2012, o Regional aplicava a pesquisa do Grau da qualidade percebida em 100% dos seus cursos. Essa mesma pesquisa passou a ser aplicada online pelo Departamento Nacional (DN), e a partir de 2013, passamos a usar o índice da pesquisa apurada pelo DN que considera: (81 a 100: ótimo, 61 a 80: bom, 41 a 60: regular, 21 a 40: ruim, 0 a 20: péssimo). Em 2016 o DN alterou os índices para: 9 a 10: Ótimo, 7 a 8: Bom, 5 a 6: Regular, 3 a 4: Ruim, 1 a 2: Péssimo. A melhora no índice do Grau de Satisfação do Cliente, reflete na prática o resultado das ações de melhoria na infraestrutura, tecnologia e no relacionamento com esse cliente.

O Grau de satisfação do Cliente, é um dos Objetivos Estratégico que consta no Plano de Ação da Administração Regional- PAAR, que consta na Perspectiva Cliente.

Perspectiva: Cliente

Objetivo Estratégico 02: Satisfazer o cliente

Quadro 46 – Grau de Satisfação do cliente

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE		
Objetivo do Indicador	Aferição da satisfação da clientela		
Área responsável	ASPLAN		
Fórmula de cálculo e método de medição	Tabulação da aferição da satisfação da clientela		
Fonte dos dados	Questionários tabulados pelo sphinx		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2016		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizado em 2016	2015	2014
Amostra sugerida pelo DN	9,3%	89,8	90,4

Responsável pela informação: Jair Martins de Souza Júnior

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações relacionadas à transparência da gestão do Senac Tocantins, inclusive os relatórios de gestão, estão disponíveis no sítio eletrônico da internet (Portal Senac), na página 'Transparência da Gestão, que pode ser acessada pelo seguinte endereço: <http://www.to.senac.br/pagina-transparencia-da-gestao.html>.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

Os demonstrativos financeiros e contábil do Senac Tocantins em 2016 estão disponíveis no site eletrônico do Senac Tocantins, no seguinte endereço:

<http://www.producaogp.dn.senac.br/transparencia/transparencia.aspx?reg=279450&cbc=1>

7.2 Tratamento contábil da depreciação da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A mensuração de ativos e passivos tem como base a Resolução CFC 1.137/08 que aprova NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, líquido de depreciação que é calculada pelo método linear sem valor residual, com exceção dos terrenos, consideradas ainda as reavaliações caso ocorram, e de acordo com as seguintes taxas:

Quadro 47 – Percentual do Imobilizado

Edificação – Palmas	1,67%
Edificação – Araguaína Lt. 03	1,82%
Edificações	4%
Equipamentos	10%
Mobiliários	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos	20%

Responsável pelo Cálculo/medição: Thiago Batista Amorim

A entidade efetuou reavaliação dos imóveis em 26/09/2011. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não sofrem depreciação.

7.3 Sistemática de apuração de custos no ambiente da unidade

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/TO possui na área administrativa setores responsáveis pelo planejamento e alocação dos custos. Neste âmbito a principal ferramenta de destinação e controle dos gastos é a programação e execução do orçamento respectivamente.

Dentre os setores partes deste processo cabe destacar a Assessoria de Planejamento, vinculada à Direção Regional e os setores de Coordenação de Administração de Pessoal e de Orçamento, Contabilidade e Custos, estes vinculados diretamente à Gerência Administrativa, gerência também subordinada à Direção do Regional.

A sistemática de previsão de custos se dá inicialmente com o levantamento das demandas para o exercício, os valores são alocados em centros de custos e sintetizados no Orçamento Programa.

A alocação e acompanhamento dos custos são efetivados no Setor de Orçamento, Contabilidade e Custos com acompanhamento diário e aprovação inicial das requisições internas, de pagamento, e compras,

A Unidade se utiliza de sistemas informatizados para o controle e alocação dos custos. Os principais são:

- **Sistema MXM Manager:** responsável por executar todas as demandas de compras, almoxarifado, patrimônio, orçamentárias e contábeis do Departamento Regional.
- **Sistema MIRA:** responsável pelo controle escolar do Regional, bem como da alocação da receita por competência e registro dos direitos a receber de clientes.
- **Sistema RM Folha:** responsável pelo controle da folha de pagamento aos funcionários, bem como da distribuição dos custos e alocação aos centros de custo orçamentários.

Mensalmente relatórios são gerados e enviados aos responsáveis de cada unidade orçamentária, haja vista o controle e acompanhamento da evolução da execução orçamentária de sua área.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e nota explicativas

Declaração Plena do Contador

Quadro 48 – Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UJ
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC TOCANTINS	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes neste relatório (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta	

Relatório de Gestão.		
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração		
Local	PALMAS - TO	CRC nº
Contador Responsável	Thiago Batista Amorim	TO 3.721/O

Obs: As Demonstrações Contábeis e as Notas explicativas constam do anexo.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Apesar de se aplicarem à natureza desta Unidade Jurisdicionada, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referencia.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Apesar de se aplicarem à natureza desta Unidade Jurisdicionada, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referencia.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Apesar de se aplicarem à natureza desta Unidade Jurisdicionada, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referencia.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.6

Não se aplica

9. ANEXOS



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - AR-SENAC-TO
BALANÇO PATRIMONIAL

Livro : 88 / Pg. 354

Exercício : 2016

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
Ativo Circulante Caixa e Equivalentes de Caixa Caixa e Equiv. Caixa em Moeda Nacional Créditos a Curto Prazo Clientes Créditos Tributários a Receber (-) Ajudo Perdas Créditos a Curto Prazo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo Adiant. Conced. a Pessoal e a Terceiros Depósitos Resst. e Valores Vinculados Outros Créditos Receber Valores C. Prazo Estoques Almoxarifado VPDs Pagas Antecipadamente Prêmios de Seguros a Apropriar Demais VPDs a Apropriar		28.667.778,83	24.353.877,74	Passivo Circulante Obrig. TrabiPrev/Assist. Pagar C. Prazo Pessoal a Pagar Encargos Sociais a Pagar Fornecedores e Contas a Pagar C. Prazo Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais Demais Obrigações a Curto Prazo Valores Restituíveis Outras Obrigações a Curto Prazo		-4.187.753,96	-4.109.910,28
		12.150.813,79	10.547.914,28			-1.387.946,05	-1.241.319,44
		12.150.813,79	10.547.914,28			-1.166.138,41	-1.133.117,10
		4.697.002,15	5.058.011,86			-221.807,64	-108.202,34
		3.104.967,67	3.629.800,81			-40.238,81	-21.912,78
		1.847.767,39	1.673.821,08			-21.912,78	-21.912,78
		-255.732,91	-245.609,93			-2.759.569,10	-2.846.678,08
		11.293.570,14	8.136.417,75			-270.326,71	-237.707,17
		96.199,79	81.988,50			-2.489.242,39	-2.608.970,89
		11.133.396,56	7.989.673,73				
		63.973,79	64.755,52				
		512.379,64	595.131,52				
		512.379,64	595.131,52				
		14.013,11	16.402,23				
		13.047,39	13.371,70				
		965,72	3.030,53				
Ativo Não-Circulante Imobilizado Bens Móveis Bens Imóveis (-) Depreciação e Amortização Acumuladas		15.554.233,02	16.020.154,77	Passivo Não-Circulante Provisões a Longo Prazo Provisões para Riscos Trabalhistas Outras Provisões a Longo Prazo		-10.350.077,24	-7.584.473,34
		15.554.233,02	16.020.154,77			-10.350.077,24	-7.584.473,34
		5.634.838,08	5.198.639,77			-52.000,00	-20.000,00
		14.900.297,52	14.500.297,52			-10.298.077,24	-7.564.473,34
		-4.580.902,58	-3.678.982,52				
TOTAL		44.222.011,85	40.374.032,51	TOTAL		-29.684.180,65	-28.679.648,89
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO			
				Resultados Acumulados Superávits ou Déficits do Exercício Superávits ou Déficits Exerc. Anteriores Ajustes de Exercícios Anteriores		-29.684.180,65	-28.679.648,89
						-1.162.177,15	-710.451,67
						-28.679.648,89	-27.938.237,75
						157.645,38	-30.959,47
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-29.684.180,65	-28.679.648,89
				TOTAL		-44.222.011,85	-40.374.032,51

[Assinatura]



Livro : 88 / Pg. 355

ATIVO FINANCEIRO	28.667.778,83	24.353.677,74	PASSIVO FINANCEIRO	-14.537.831,20	-11.694.383,62
ATIVO PERMANENTE	15.554.233,02	16.020.154,77	PASSIVO PERMANENTE	-29.684.180,65	-28.679.648,89
SALDO PATRIMONIAL				29.684.180,65	28.679.648,89
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Saldo dos Atos Potenciais do Ativo	23.811.261,28	18.313.903,02	Saldo dos Atos Potenciais do Passivo	14.715.536,30	9.761.587,33

THIAGO BATISTA AMORIM
CONTAB E CUSTOS CRC/TO 3.721/O
d24.718.351-20

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - AR-SENAC-TO
BALANÇO FINANCEIRO

Livro: 88 / Pg. 354

INGRESSOS		2016	2015	DISPÊNDIOS		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		16.735.628,96	15.646.396,65	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.637.852,92	11.471.654,93
RECEITA PATRIMONIAL		1.460.811,55	1.424.172,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.661.385,87	7.558.401,68
RECEITA DE SERVIÇOS		2.034.793,51	3.344.533,45	INVESTIMENTOS		441.233,56	1.038.164,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		49.079,57	37.445,51				
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS				PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			
CLIENTES		524.833,14	1.661.699,32	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		173.946,31	192.258,70
AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		10.122,98	11.844,59	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		3.157.152,39	2.298.830,90
ESTOQUES		82.751,88	0,00	ESTOQUES		0,00	37.690,43
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS		2.389,12	5.980,66	OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSISTENCIAIS		0,00	5.174.912,70
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSISTENCIAIS		146.626,61	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	37.543,20
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		18.326,03	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		87.108,96	1.971.271,31
PROVISÕES A LONGO PRAZO		2.765.603,90	7.564.473,34	VPD COM PROVISÕES PARA PERDAS DE CRÉDITOS		74.803,76	77.306,99
RESULTADOS ACUMULADOS		3.808,02	175.094,23	PROVISÕES TRABALHISTAS AR/TO		63.000,00	0,00
REVERSAO DE PROVISÕES		64.608,01	47.294,71	DOAÇÕES CONCEDIDAS - AR/TO		0,00	17.789,60
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO EM ESPÉCIE P/ O MÊS SEGUINTE			
CAIXA		5.227,11	6.066,67	CAIXA		7.990,27	5.227,11
BANCOS - C/ MOVIMENTO		60.934,16	147.720,89	BANCOS - C/ MOVIMENTO		377.498,90	60.934,16
BANCOS - C/ APLICAÇÃO NO MERCADO ABERTO		10.481.753,01	10.371.017,27	BANCOS - C/ APLICAÇÃO NO MERCADO ABERTO		11.765.324,62	10.481.753,01
TOTAL		34.447.297,56	40.443.739,69	TOTAL		34.447.297,56	40.443.739,69

Thiago Batista Amorim

THIAGO BATISTA AMORIM
COORD. DE CONTABILIDADE E CUSTOS
CRC/TO 3.721/O
024.718.351-20

Claudia Onede Silva

CLAUDIA ONEDE SILVA
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
375.128.411-91

Luana Basso Gomes

LUANA BASSO GOMES
DIRETORIA REGIONAL
194.607.671-68

Domingos Soares de Sousa

DOMINGOS SOARES DE SOUSA
PRESIDENTE SUBSTITUTO
322.96861-34



Exercício: 2016

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

AR-SENAC-TO

Livro: 88 /Pg. 356

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	22.563.000,00	22.026.000,00	20.280.313,59	1.745.686,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.356.000,00	17.970.000,00	16.735.628,96	1.234.371,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	16.356.000,00	17.970.000,00	16.735.628,96	1.234.371,04
CONTRIBUIÇÕES PARA O SENAC	16.356.000,00	17.970.000,00	16.735.628,96	1.234.371,04
RECEITA PATRIMONIAL	1.521.000,00	1.506.000,00	1.460.811,55	45.188,45
RECEITA IMOBILIÁRIA	21.000,00	6.000,00	8.432,89	-2.432,89
ALUGUEIS	21.000,00	6.000,00	8.432,89	-2.432,89
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.500.000,00	1.500.000,00	1.452.378,66	47.621,34
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS	0,00	0,00	1.452.378,66	-1.452.378,66
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E CORREÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	4.635.000,00	2.508.000,00	2.034.793,51	473.206,49
SERVIÇO EDUCACIONAIS	4.635.000,00	2.508.000,00	2.034.793,51	473.206,49
TAXA DE MATRÍCULA	4.635.000,00	2.508.000,00	2.034.793,51	473.206,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.000,00	42.000,00	49.079,57	-7.079,57
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	3.130,31	-3.130,31
OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	3.130,31	-3.130,31
OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	3.130,31	-3.130,31
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
INDENIZAÇÕES	12.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00
OUTRAS INDENIZAÇÕES	12.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00
RESTITUIÇÕES	27.000,00	21.000,00	0,00	21.000,00
OUTRAS RESTITUIÇÕES	27.000,00	21.000,00	0,00	21.000,00
RECEITAS DIVERSAS	12.000,00	12.000,00	45.949,26	-33.949,26
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	45.949,26	-45.949,26
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	12.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	22.563.000,00	22.026.000,00	20.280.313,59	1.745.686,41
DÉFICIT			0,00	0,00
TOTAL	22.563.000,00	22.026.000,00	20.280.313,59	1.745.686,41
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.616.000,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO				
Reabertura de créditos adicionais				



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - AR-SENAC-TO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Livro : 88 / Pg.357

Exercício : 2016

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	19.062.000,00	20.541.000,00	18.299.238,79	2.241.761,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.241.000,00	11.418.000,00	10.637.852,92	780.147,08
APLICACOES DIRETAS	11.241.000,00	11.418.000,00	10.637.852,92	780.147,08
VENCIMENTOS VANT. FIXAS - PESSOA CIVIL	5.817.000,00	6.015.000,00	5.859.385,11	155.614,89
OBRIGACOES PATRONAIS	2.757.000,00	2.787.000,00	2.568.859,91	218.140,09
OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESS. CIVIL	2.286.000,00	2.202.000,00	2.066.710,06	135.289,94
INDENIZACOES TRABALHISTAS	381.000,00	414.000,00	142.897,84	271.102,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.821.000,00	9.123.000,00	7.661.385,87	1.461.614,13
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADA	180.000,00	171.000,00	171.460,18	-460,18
CONTRIBUICOES	180.000,00	171.000,00	171.460,18	-460,18
APLICACAO DIRETAS	7.641.000,00	8.952.000,00	7.489.925,69	1.462.074,31
DIARIA - PESSOAL CIVIL	123.000,00	87.000,00	50.033,40	36.966,60
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	-	-	60.959,62	-60.959,62
MATERIAL DE CONSUMO	1.596.000,00	1.449.000,00	1.027.503,26	421.496,74
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	78.000,00	63.000,00	22.683,44	40.316,56
OUTROS SERV. TERC. PESSOA FISICA	537.000,00	651.000,00	348.022,03	302.977,97
LOCACAO DE MAO DE OBRA	-	-	191.325,36	-191.325,36
OUTROS SER. TERC. PESS. JURIDICA	5.283.000,00	6.669.000,00	5.766.130,20	902.869,80
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	24.000,00	33.000,00	23.268,38	9.731,62
DESPESAS DE CAPITAL	6.117.000,00	1.485.000,00	441.233,56	1.043.766,44
INVESTIMENTOS	5.517.000,00	1.485.000,00	441.233,56	1.043.766,44
APLICACOES DIRETAS	5.517.000,00	1.485.000,00	441.233,56	1.043.766,44
OBRAS E INSTALACOES	4.626.000,00	1.188.000,00	-	1.188.000,00
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	891.000,00	297.000,00	441.233,56	-144.233,56
INVERSOES FINANCEIRAS	600.000,00	-	-	0,00
APLICACOES DIRETAS	600.000,00	-	-	0,00
AQUISICOES DE IMOVEIS	600.000,00	-	-	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	25.179.000,00	22.026.000,00	18.740.472,35	3.285.527,65
SUPERÁVIT			1.539.841,24	1.539.841,24
TOTAL	25.179.000,00	22.026.000,00	20.280.313,59	1.745.686,41

DOMINGOS TAVARES DE SOUSA
PRESIDENTE SUBSTITUTO
323.169.841-34

CLAUDIA ONEIDE SILVA
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
575.128.411-91

LUNAH BRITO GOMES
DIRETORA REGIONAL
194.607.671-68

THIAGO BATISTA AMORIM
COORD. CONTAB E CUSTOS CRC/TO 3.721/O
024.718.351-20



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - AR-SENAC-TO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Livro: 88 / Pg. 354

Exercício : 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-20.344.921,60	-20.499.842,72
Contribuições	-16.735.628,96	-15.646.396,65
Contribuições Sociais	-16.735.628,96	-15.646.396,65
Venda de Bens e Serviços	-2.043.226,40	-3.357.257,12
Prestação de Serviços e Exploração Bens	-2.043.226,40	-3.357.257,12
VPAs Financeiras	-1.492.669,78	-1.444.949,80
Juros e Encargos de Mora	-3.130,31	-3.752,99
Descontos Financeiros Obtidos	-37.160,81	-29.748,08
Remun. Depos. Banc. e Aplic. Financeiras	-1.452.378,66	-1.411.448,73
Outras Variações Patrim. Aumentativas	-73.396,46	-51.239,15
Reversão de Provisões Ajustes de Perdas	-64.608,01	-47.294,71
Diversas Variações Patrim. Aumentativas	-8.788,45	-3.944,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19.182.744,45	19.789.391,05
Pessoal e Encargos	12.288.225,73	13.098.169,68
Remuneração a Pessoal	7.926.095,17	8.564.211,60
Encargos Patronais	2.568.859,91	2.772.603,66
Benefícios a Pessoal	1.650.372,81	1.626.514,75
Outras VPDs - Pessoal e Encargos	142.897,84	134.839,67
Uso de Bens/Serviço/Consumo Capital Fixo	6.320.922,45	6.025.880,41
Uso de Material de Consumo	1.017.508,62	1.157.437,55
Serviços	4.558.612,01	4.228.751,41
Depreciação/Amortização/Exaustão	744.801,82	639.691,45
VPDs Financeiras	169.209,61	78.025,06
Descontos Financeiros Concedidos	169.209,61	78.025,06
Transferências Concedidas	171.460,18	159.685,19
Transferências a Instituições Privadas	171.460,18	159.685,19
Desvalorização e Perdas de Ativos	75.850,19	77.306,99
Reaval./Redução Vr Recup./Ajuste Perdas	74.803,76	77.306,99
Perdas Involuntárias	1.046,43	-
Tributárias	23.268,38	15.617,72
Impostos/Taxas/Contribuições de Melhoria	23.268,38	15.617,72
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	133.807,91	334.706,00
Incentivos	60.959,62	292.370,00
Constituição de Provisões	63.000,00	20.000,00
Diversas Variações Patrim. Diminutivas	9.848,29	22.336,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.162.177,15	-710.451,67

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da Execução orçamentária)		
	2016	2015
Incorporação de ativo	441.233,56	1.038.164,97
Desincorporação de passivo	-	-
Incorporação de passivo	-	-
Desincorporação de ativo	-	-


DOMINGOS TAVARES DE SOUSA
PRESIDENTE SUBSTITUTO
323.169.841-34


CLAUDIA ONEIDE SILVA
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
575.128.411-91


LUNAH BRITO GOMES
DIRETORA REGIONAL
194.607.671-68


THIAGO BATISTA AMORIM
COORD. CONTÁB E CUSTOS CRC/TO 3.721/O
024.718.351-20



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - AR/TO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercício : 2016

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
RESULTADO PATRIMONIAL	-1.162.177,15	-710.451,67
AJUSTES CONCILIAR RESULTADO PATRIMONIAL AO FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	-745.701,90	-644.237,85
DEPRECIACAO	-744.801,82	-639.691,45
AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00
DOAÇÃO RECEBIDA	0,00	0,00
BAIXA DE IMOBILIZADO	-900,08	-4.546,40
OUTRAS VPDs	0,00	0,00
OUTRAS VPAs	0,00	0,00
REAValiação PATRIMONIAL	0,00	0,00
AJUSTES DAS CONTAS PATRIMONIAIS	-136.254,02	293.415,10
CLIENTES	-524.833,14	-1.661.699,32
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	173.946,31	192.258,70
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO	-10.122,08	-11.844,59
ADIANTAMENTO CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	14.211,29	26.535,82
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	3.143.722,83	2.554.834,14
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A C. PRAZO	-781,73	-282.539,06
ALMOXARIFADO	-82.751,88	37.690,43
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	-324,31	-2.175,59
DEMAIS VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS A APROPRIAR	-2.064,81	-3.805,07
PESSOAL A PAGAR	-33.021,31	-79.478,65
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-113.605,30	5.254.391,35
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	-18.326,03	57.543,20
VALORES RESTITUIVEIS	-32.619,54	-25.946,82
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	119.728,50	1.997.216,13
PROVISÕES A LONGO PRAZO	-2.765.603,90	-7.584.473,34
AJUSTES DE RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-3.808,02	-175.094,23
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-2.044.133,07	-1.061.274,42



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - AR/TO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercício : 2016

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	441.233,56	1.038.164,97
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	441.233,56	1.038.164,97
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	441.233,56	1.038.164,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.602.899,51	23.109,45
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	10.547.914,28	10.524.804,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	12.150.813,79	10.547.914,28

DOMINGOS TAVARES DE SOUSA
PRESIDENTE SUBSTITUTO
323.160.841-34

LUNAH BRITO GOMES
DIRETORA REGIONAL
194.607.671-68

CLÁUDIA ONEIDE SILVA
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
575.128.411-91

THIAGO BATISTA AMORIM
COORD. CONTABILIDADE E CUSTOS
CRC/TO 3.721/O
024.716.351-20



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Tocantins

Quadra 201 Norte Av. LO 04 Conj. 03 Lote 03 e 04
Tel.: (63) 3219-1610
CEP 77.001-132

Telefax.: (63) 3219-1626
Palmas - Tocantins - Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS 2016

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, Criado pelo Decreto nº 8.621 de janeiro de 1946, tem como atividade principal a educação profissional e compete ao Departamento Regional do Tocantins, através de suas 04 unidades operacionais, elaborar e executar cursos com a missão de educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo, contribuindo com o desenvolvimento regional e nacional.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o Código de Contabilidade e Orçamento – CODECO, aprovado pela resolução Senac 1039/16, em consonância com as portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 184/08, 700/14 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.128/08 que trata da convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais.

NOTA 3 – ATIVO

ATIVO	POSIÇÃO		VARIAÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	R\$	%
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.150.813,79	10.547.914,28		
Créditos a Curto Prazo	4.697.002,15	5.058.011,96		
Demais Créditos a Curto prazo	11.293.570,14	8.136.417,75		
Estoques	512.379,64	595.131,52		
VPDs Pagas Antecipadamente	14.013,11	16.402,23		
Imobilizado	15.554.233,02	16.020.154,77		
TOTAL	44.222.011,85	40.374.032,51	3.847.979,34	9,53%

3.1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Essas aplicações possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, assim demonstrados nos últimos 12 meses:





Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Tocantins

Quadra 201 Norte Av. LQ-04 Conj. 03 Lote 03 e 04
Tel.: (63) 3219-1610
CEP 77.001-132

Telefax.: (63) 3219-1626
Palmas - Tocantins - Brasil

3.2 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Referem-se basicamente a duas naturezas de crédito, primeiro, as vendas de serviços que ocorrem no curso normal das operações da entidade, acompanhado das Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa, na qual os critérios estão definidos na Resolução AR SENAC nº 015/12; e segundo, a apropriação da contribuição da arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

3.3 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Os valores apresentados como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados representam os valores depositados em contas bancárias do Senac para execução de convênios, depósito garantia e INSS garantia. Esta última justifica-se pela ação de suspensão da exigibilidade das contribuições patronais que foi questionada por esta instituição.

3.4 – ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, sem que excedam os valores de realização ou reposição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias;

3.5 – IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, líquido de depreciação que é calculada pelo método linear sem valor residual, com exceção dos terrenos, considerada ainda as reavaliações caso ocorram, e de acordo com as seguintes taxas:

Edificação – Palmas	1,67%
Edificação – Araguaína Lt. 03	1,82%
Edificação – Gurupi	4%
Equipamentos	10%
Mobiliários	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos	20%

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A conta Construções em Curso, somente será depreciada após a conclusão das obras, saldo este, que incorporará a conta de Edificações. Segue o quadro demonstrativo e comparativo:

Descrição	Custo	Depreciação	Saldo em 31.12.16	Saldo em 31.12.15	Variação	
					R\$	%
Equipamentos	1.576.429,45	-641.382,80	935.046,65	737.855,69		
Mobiliários	1.579.491,87	-948.646,36	630.845,51	698.188,29		
Computadores e Periféricos	1.555.117,42	-1.015.548,71	539.568,71	651.565,35		



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Tocantins

Quadra 201 Norte Av. LQ 04 Conj. 03 Lote 03 e 04
Tel.: (63) 3219-1610
CEP 77.001-132

Telefax.: (63) 3219-1626
Palmas - Tocantins - Brasil

Veículos	923.799,34	-848.200,69	75.598,65	146.565,60		
Terrenos	3.542.669,84	0,00	3.542.669,84	3.542.669,84		
Construções em Curso	26.000,00	0,00	26.000,00	3.968.697,25		
Edificações	10.931.627,68	-1.127.124,02	9.804.503,66	6.274.612,75		
	20.135.135,60	-4.580.902,58	15.554.233,02	16.020.154,77	-465.921,75	-2,91%

NOTA 4 – PASSIVO

PASSIVO	POSIÇÃO		Variação	
	R\$		R\$	%
	31/12/2016	31/12/2015		
Obrig.trab/Assist.a Pagar CP	1.387.946,05	1.241.319,44		
Fornecedores Contas a Pagar CP	40.238,81	21.912,78		
Demais Obrigações CP	2.759.569,10	2.846.678,06		
Provisões a Longo Prazo	10.350.077,24	7.584.473,34		
Resultado Acumulado	29.684.180,65	28.679.648,89		
TOTAL	44.222.011,85	40.374.032,51	3.847.979,34	9,53%

4.1 – OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSISTENCIAIS A CURTO PRAZO

Os valores apresentados como Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias, e Assistenciais a Curto Prazo são basicamente:

- As provisões de Férias e 13º Salários – montante no valor de R\$ 1.166.106,41 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, cento e seis reais e quarenta e um centavos) - foram registrados de acordo o Código de Contabilidade e Orçamento.
- Os valores referentes os encargos sociais a pagar, tais como INSS, FGTS, PIS, as retenções de Imposto de Renda, dos tributos municipais e outras.
- PIS/PASEP – Conforme Ação Ordinária/Tributária nº 3543-22.2015.4.01.4300, que determina a suspensão da exigibilidade das contribuições patronais previstas na Lei Complementar 9.715/98, a qual fundamenta que o Senac é isento de recolher contribuição previdenciária patronal. Em obediência ao princípio da prudência e oportunidade as despesas relacionadas a estas contribuições estão sendo reconhecidas mensalmente até a decisão definitiva. Desta forma, os valores devidos de PIS/PASEP sobre a folha de pagamento são controlados em conta poupança vinculada, em contra partida da conta 2.1.1.4.1.01.16 – PIS Ação Judicial.

4.2 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Os valores apresentados em Receitas a Executar correspondem a 85,73% do total das Demais Obrigações a Curto Prazo, que refere-se a obrigações futuras de cursos que o Senac tem com seus clientes a curto prazo.

4.3 - PROVISÕES A LONGO PRAZO

Conforme Ação Ordinária/Tributária nº 8816-21.2011.4.01.4300, decisão liminar proferida em 05/03/2012, na 2ª Vara de Palmas, determina suspensão da exigibilidade das contribuições patronais previstas no art. 22, inciso



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Tocantins

Quadra 201 Norte Av. LD 04 - Conj. 03 Lote 03 e 04
Tel.: (63) 3219-1610
CEP 77.001-132

Telefax: (63) 3219-1626
Palmas - Tocantins - Brasil

I, II e III da lei 8.212/91, fundamentando que o SENAC é entidade de educação e assistência social sem fins lucrativos não integrante da administração direta e indireta, portanto isento de recolher contribuições previdenciárias patronal. Em obediência ao princípio da prudência e oportunidade os valores das despesas relacionadas estão sendo reconhecidos mensalmente até a decisão definitiva.

A conta INSS Ação Judicial Não Circulante acumula neste mês um montante de R\$ 10.298.077,24 (dez milhões, duzentos e noventa e oito mil, setenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

4.4 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

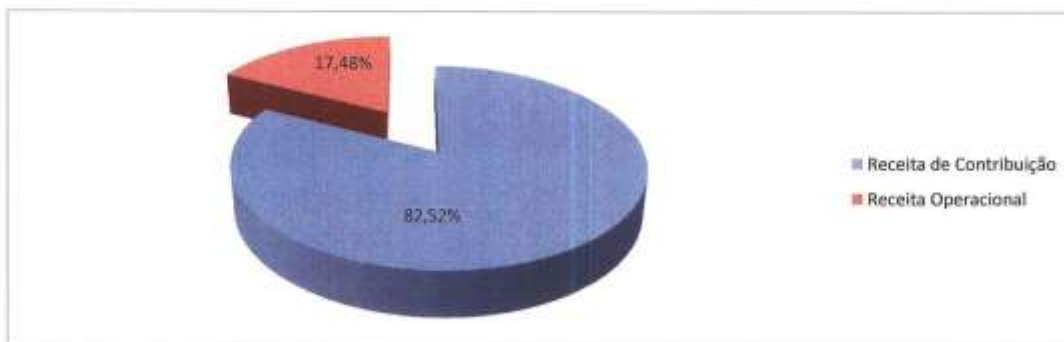
O patrimônio líquido compreende os superávits acumulados acrescido dos ajustes de resultado do exercício anterior, que obteve um aumento de 3,50% em relação a dezembro de 2015, enquanto a taxa de inflação INPC/IBGE acumulada para o período foi de 6,58%.

NOTA 5 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As Receitas são apropriadas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Segue o quadro demonstrativo:

DESCRIÇÃO	R\$		
	dez-16		
	ORÇADA ANUAL	ARRECADADA ANUAL	SALDO APURADO
Receita de Contribuição	17.970.000,00	16.735.628,96	1.234.371,04
Receita Patrimonial	1.506.000,00	1.460.811,55	45.188,45
Receita de Serviço	2.508.000,00	2.034.793,51	473.206,49
Outras Receitas Correntes	42.000,00	49.079,57	-7.079,57
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL	22.026.000,00	20.280.313,59	1.745.686,41

Conforme o gráfico abaixo, a principal fonte de recursos do Senac refere-se a receita de contribuições da arrecadação do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, conforme determina o Decreto nº 60.466 de 14 de março de 1967, e teve acréscimo de 6,96% em relação ao mesmo período de 2015.





Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Tocantins

Quadra 201 Norte Av. LO 04 Conj. 02 Lote 03 e 04
Tel.: (63) 3219-1610
CEP 77.001-132

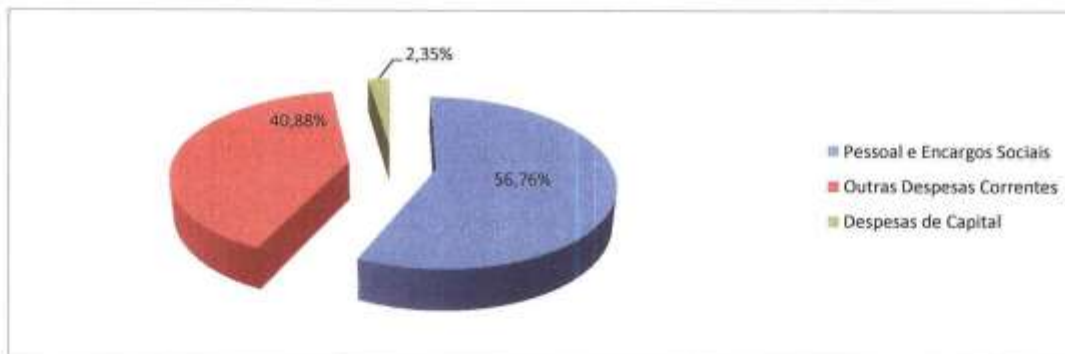
Telefax.: (63) 3219-1626
Palmas - Tocantins - Brasil

NOTA 6 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As Despesas são apropriadas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Segue o quadro demonstrativo:

DESCRIÇÃO	R\$		
	dez-16		
	PREVISTA ANUAL	REALIZADA ANUAL	SALDO APURADO
Pessoal e Encargos Sociais	11.418.000,00	10.637.852,92	780.147,08
Outras Despesas Correntes	9.123.000,00	7.661.385,87	1.461.614,13
Despesas de Capital	1.485.000,00	441.233,56	1.043.766,44
TOTAL	22.026.000,00	18.740.472,35	3.285.527,65

As despesas realizadas pelo Senac tiveram uma redução de -6,62% em relação a dezembro de 2015. Considerando os saldos das receitas realizadas e das despesas liquidadas em 2016, o Senac obteve um superávit orçamentário de R\$ 1.539.841,24 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos).



NOTA 7 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

AUMENTATIVAS	R\$	DIMINUTIVAS	R\$
Receita de Contribuição	16.735.628,96	Pessoal e Encargos	12.288.225,73
Vendas de Bens e Serviços	2.043.226,40	Uso de Bens Serv. E Cons. De	6.320.922,45
VPA Financeiras	1.492.669,78	VPD Financeira	169.209,61
Outras VPA	73.396,46	Transferências Concedidas	171.460,18
		Desvaloriz. de Perda de Ativo	75.850,19
		Tributárias	23.268,38
		Outras Variações Patrimoniais	133.807,91
TOTAL	20.344.921,60	TOTAL	19.182.744,45

Considerando os saldos das variações patrimoniais aumentativas acumuladas de 2016, o Senac obteve um superávit patrimonial de R\$ 1.162.177,15 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, cento e setenta e sete reais e



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Tocantins

Quadra 201 Norte Av. LO 04 Conj. 03 Lote 03 e 04
Tel.: (63) 3219-1610
CEP 77.001-132

Telefax.: (63) 3219-1628
Palmas - Tocantins - Brasil

quinze centavos), saldo este, que ao final do exercício será somado ao superávit acumulado que juntos formarão o patrimônio líquido da entidade.

As principais diferenças entre os superávits orçamentários e patrimoniais são as movimentações do ativo imobilizado, provisões e estimativas para créditos de liquidação duvidosa e as VPD decorrentes de fatos geradores diversos.

NOTA 8 – PRINCIPAIS ÍNDICES ECONÔMICOS

8.1 – ÍNDICE LIQUIDEZ IMEDIATA

$$\frac{\text{CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \frac{12.150.813,79}{4.187.753,96} = 2,90$$

O índice de liquidez imediata apresenta para cada R\$ 1,00 exigido, dispõe o Senac de R\$ 2,90 para quitá-lo.

8.2 – ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \frac{28.667.778,83}{4.187.753,96} = 6,85$$

Os recursos disponíveis somados aos recursos realizáveis, o Senac dispõe de R\$ 6,85 para cada R\$ 1,00 de dívidas a curto e longo prazos.

8.3 ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE+REALIZ. A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+NÃO CIRCULANTE}} = \frac{28.667.778,83}{14.537.831,20} = 1,97$$

Economicamente o Senac dispõe de R\$ 1,97 para cada R\$ 1,00 de compromissos.

8.4 ÍNDICE LIQUIDEZ SECA

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE-ESTOQUES-VPD PAGAS}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \frac{28.141.386,08}{4.187.753,96} = 6,72$$

Os recursos disponíveis somados aos recursos realizáveis representam R\$ 6,72 para cada R\$ 1,00 de dívidas a curto prazo para honrá-los.

8.5 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

$$\frac{\text{ATIVO IMOBILIZADO}}{\text{PL + SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO}} = \frac{15.554.233,02}{29.684.180,65} = 52,40\%$$

O total do Patrimônio Líquido do Senac está representado por 52,40% de ativo imobilizado.

8.6 – GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE+EXIG. A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} = \frac{14.537.831,20}{44.222.011,85} = 32,87\%$$



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Tocantins

Quadra 201 Norte Av. LO 04 - Conj. 03 Lote 03 e 04
Tel.: (63) 3219-1610
CEP 77.001-132

Telefax.: (63) 3219-1626
Palmas - Tocantins - Brasil

Os compromissos de curto e longo prazo representam 32,87% do Patrimônio Líquido da entidade.

8.7 – QUOCIENTE ECONÔMICO

$$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \frac{44.222.011,85}{4.187.753,96} = 10,56$$

Economicamente a Administração Regional dispõe de R\$ 10,56 para atender a cada R\$ 1,00 de compromissos.

8.8 – RESERVAS

$$\frac{\text{CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA}}{\text{DESPESA CORRENTE MÉDIA}} = \frac{12.150.813,79}{1.524.936,57} = 7,97$$

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa da entidade equivalem a uma reserva de 239 dias da Despesa Corrente Média dos últimos 12 meses.

8.9 – CAPITAL DE TERCEIROS

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE+EXIG. A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} = \frac{14.537.831,20}{44.222.011,85} = 32,87\%$$

O capital de terceiros representa 32,87% do capital investido da entidade.

A entidade possui recursos aplicados na modalidade CDB Flex Empresarial e CDB DI conforme segue:

Caixa Econômica	R\$ 2.609.784,40	taxa: 1,0474%
Banco do Brasil	R\$ 9.155.540,22	taxa: 1,1248%
Caixa Econômica	R\$ 10.674.979,21	taxa: 1,1283%

NOTA 9 – OUTROS EVENTOS A JUSTIFICAR

9.1 - PROVISÕES TRABALHISTAS AR/TO - Informo que existe provisionado o Processo Trabalhista nº 0001415-81.2015.5.10.0812 da reclamante Paula de Sousa Fraga, protocolizado na 2ª Vara do Trabalho de Araguaína e considerado como Perda Provável pela Assessoria Jurídica desta instituição. Existe ainda o Processo Trabalhista nº 0000957-60.206.5.10.0802 reclamado por Ketly Rayanne Gomes da Silva Quirino, protocolizado na 2ª Vara do Trabalho de Palmas e considerado de perda provável, também provisionado.

THIAGO BATISTA AMORIM
COORDENADOR DE CONTABILIDADE E CUSTOS
CPF: 024.718.351-20 CRC: 3.721/O

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2016

Senac - Administração Regional no Tocantins

Período de Referência: Jan a Dez/2016 n ° de páginas: 80

Elaboração

Jair Martins de Souza Júnior

Assessor de Planejamento

Supervisão

Lunah Brito Gomes

Diretora Regional

Este documento é resultado de trabalho participativo Intersetorial:

Gerência Administrativa e Financeira

Gerência de Educação Profissional

Gerências do CEP e Unidades Operativas

Assessoria de RH

Assessoria de Planejamento

Coordenação de Contabilidade e Custos

Coordenação de Compras e Licitações

Coordenação de Marketing & Comunicação

Coordenação de Administração de Pessoal

Coordenação de Operações com o Mercado

Coordenação de Infraestrutura

Coordenação de TI

Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado